

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JULIA RENATA DA SILVA**

**O AUXÍLIO DA CONTABILIDADE NA FORMALIZAÇÃO DA  
MÃO-DE-OBRA: UM ESTUDO EMPÍRICO NAS INDÚSTRIAS  
DE CONFECÇÕES DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE**

**CAMPINA GRANDE  
2011**

**JULIA RENATA DA SILVA**

**O AUXÍLIO DA CONTABILIDADE NA FORMALIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA: UM ESTUDO EMPÍRICO NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharelado em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Milton Jarbas  
Rodrigues Chagas. Esp.

**Campina Grande**

**2011**

S586a

Silva, Julia Renata da.

O auxílio da contabilidade na formalização da mão-de-obra : um estudo empírico nas indústrias de confecções de Santa Cruz do Capibaribe – PE.[manuscrito] /Julia Renata da Silva. – 2011.

11f.;il. Color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis ) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Prof. Espec. Milton Jarbas Rodrigues Chagas, Departamento de Contabilidade”.

1. Contabilidade. 2.Formalização- Mão - de - Obra  
I. Título.

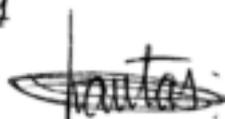
21. ed. CDD 657.42

**JULIA RENATA DA SILVA**

**O AUXÍLIO DA CONTABILIDADE NA FORMALIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA:  
UM ESTUDO EMPÍRICO NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES DE SANTA  
CRUZ DO CAPIBARIBE-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, obtendo a nota média 9,4 (NOVE Ponto QUATRO) atribuída pela banca constituída pelo orientador e examinadores abaixo.

Aprovada em 06/06/2011



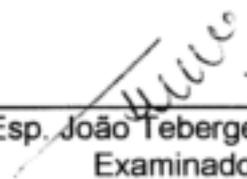
Prof. Msc. Ricardo Ferreira Dantas / UEPB  
Coordenador do TCC



Prof. Msc. Milton Jarbas Rodrigues Chagas / UEPB  
Orientador



Prof. Msc. Kaline Di Pace Nunes / UEPB  
Examinadora



Prof. Esp. João Teberge Neto / UEPB  
Examinador

Dedico este trabalho à memória dos meus avós Manoel Pedro da Silva e Geovana Clementino da Silva e ao meu marido Sósthenes.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida, principalmente pela proteção e coragem durante todas as viagens a Campina Grande.

A Universidade Estadual da Paraíba, por ter me proporcionado uma formação acadêmica de qualidade.

Ao Professor Milton Jarbas Rodrigues Chagas, por aceitar me orientar neste trabalho e oferecer toda sua dedicação e paciência.

A minha mãe Marciane da Silva Alves, pelo amor e confiança depositada e por ter me ensinado que a vida pode ser trilhada pelo melhor caminho.

Ao senhor Valmir Alves da Silva, pelo amor de pai, por me ajudar na escolha deste curso e pela certeza que irei me realizar nesta profissão.

A minha tia Marta Lúcia da Silva, por ser grande responsável pela formação do meu caráter e por todo orgulho que sentes por mim.

Ao meu marido Sósthene Alberto Marques Balbino, pelo amor e por escolher compartilhar comigo todos os sonhos, as conquistas e as dificuldades.

Aos meus irmãos Anny e Walisson, por todo carinho e por todos os momentos inesquecíveis que juntos passamos.

A todos meus tios e primos, pelo colo que sempre ofereceram nos momentos mais difíceis.

A minha grande amiga Ana Tereza Cabral Ferreira, por dividir comigo toda alegria e frustração da vida acadêmica e pessoal e pela companhia durante estes cinco anos.

A minha grande amiga Lisiane Silva Sampaio, por tanto me alegrar com sua presença e pela troca de conhecimento na área profissional que só nos fez crescer.

A todos os professores e colegas que durante estes cinco anos dividiram comigo momentos de aprendizagem e, em especial a Breno, Erasmo, Sammara, Irene, Aderbal e Júnior pelas gargalhadas inesquecíveis.

Ser obrigado a trabalhar, e obrigado a fazer o melhor possível, cria em você moderação e autocontrole, diligência e força de vontade, ânimo e satisfação, e cem outras virtudes que o preguiçoso nunca conhecerá.

Charles Kingsley

## RESUMO

Este trabalho investigou através de uma pesquisa de campo como tem sido o papel da Contabilidade em relação à formalização da mão-de-obra nas indústrias de confecções de Santa Cruz do Capibaribe-PE. Seu conteúdo apresentou conceitos de Contabilidade ligados à questão gerencial e administrativa, já que a pesquisa foi voltada para empresários de micro e pequenas empresas onde se observou a relação existente entre este tipo de empresa com a Contabilidade. Foi relatada a economia desta cidade de Pernambuco que se destaca por confeccionar e comercializar confecções, sendo estas as atividades principais do município. O foco deste trabalho foi analisar a situação da mão-de-obra em suas indústrias, ou seja, se o quadro de pessoal está sendo formalizado ou não. A informalidade é um aspecto negativo para a vida dos cidadãos, já que impacta em diversos problemas sociais e um deles é a carência da Previdência Social, que sofre com a falta de mais contribuintes. O trabalho finalizou com os resultados da pesquisa onde foi observado que a Ciência Contábil tem dado sua parcela de contribuição para a sociedade através de informações trabalhistas, de seus relatórios e acompanhamento do desenvolvimento das empresas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade. Formalização. Mão-de-obra.

## **ABSTRACT**

This study investigated through a field research as has been the role of Accounting in regarding the formalization of manpower in the industries of clothing Santa Cruz do Capibaribe-PE. Its contents submit accounting concepts surrounding the issue administration, since research will be directed toward entrepreneurs of micro and small enterprises which will observe the relationship between this type of business with Accounting. Shall be reported to the economy of this town of Pernambuco stands out for making and apparel market and these activities major city. The focus of this paper is to analyze the situation of manpower in their industries, ie, if the staff is being formalized or not. The Informality is a negative aspect to the lives of citizens, as it impacts on various social problems and one is the lack of Social Security, which suffers the lack of more taxpayers. The work will finish with the search results where it will be observed if the Accounting Sciences has given its share of contribution for the information society through labor, their reports and monitoring the development of companies.

**KEYWORDS:** Accounting. Formalization. Manpower.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
1.2	PROBLEMA .....	12
1.3	JUSTIFICATIVA .....	13
1.4	OBJETIVOS .....	15
1.4.1	GERAL .....	15
1.4.2	ESPECÍFICOS.....	15
1.5	METODOLOGIA .....	16
2	A CIÊNCIA CONTÁBIL E SEUS OBJETIVOS .....	18
2.1	O USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PELOS GESTORES .....	19
2.2	MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A CONTABILIDADE.....	20
2.3	A MÃO-DE-OBRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	22
2.4	A PREVIDÊNCIA SOCIAL: BENEFÍCIOS E PRINCIPAIS PROBLEMAS ...	23
2.5	PROCEDIMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS.....	25
3	O SURGIMENTO DA CONFECÇÃO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE .....	27
3.1	A CAPACIDADE DA POPULAÇÃO SANTA-CRUZENSE EM DESENVOLVER SUA ECONOMIA.....	29
3.2	OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS E AS SOLUÇÕES ACATADAS .....	31
3.3	FORMALIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA: UM GRANDE DESAFIO PARA SANTA CRUZ.....	34
4	A ANÁLISE DOS DADOS .....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
	REFERÊNCIAS.....	51
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA .....	55

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade no processo gerencial assume o papel de esclarecer e ajudar a administração a entender os relatórios e resultados contábeis, e é neste sentido que acontece a tomada de decisão mais viável, já que não serão tratados apenas números, e sim a interpretação do gestor com a ajuda do contador irá pesar no momento decisório. É neste sentido que a participação dos contadores no processo de orientação em relação a formalização da mão-de-obra ajuda as empresas a reduzir custos nas operações com pessoal, pois um contador sem visão gerencial apenas entregará os relatórios a gerência, enquanto que um contador gerencial passará a seu cliente a variação que houve no seu custo com a mão-de-obra que poderá ser reduzido com a formalização dos seus empregados que geralmente quando estão irregulares incorrem em ações trabalhistas. Este estudo empírico trará a visão do empresário em relação ao trabalho exercido pelo contador e mostrará se tem ocorrido o auxílio por parte desta ciência na tomada de decisão.

Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade do Estado de Pernambuco que se destaca pela produção de confecções gerando empregos e sustentabilidade a sua população e regiões vizinhas. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-CAGED informou que no ano de 2010 em Pernambuco houve 116.327 novos empregos. O pilar que sustenta a economia local é a mão-de-obra utilizada nas suas indústrias de confecções, que em sua maioria são formadas por Micro e Pequenas Empresas. No âmbito de cidade empreendedora um dos seus desafios é alcançar um nível maior de empregados formalizados e com todos os direitos e deveres que a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT determina.

A CLT regulamenta os direitos individuais e coletivos do trabalho, conforme seu artigo 41, todos empregados devem ter seu registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social. A formalização da mão-de-obra é um aspecto relevante para a empresa, já que o empregado ficará assegurado na hora de exercer o trabalho de que terá acesso a todos os benefícios que o governo dispõe e ao empresário restará a certeza de que cumprindo a lei não sofrerá penalidades trabalhistas.

De acordo com as informações de Dirceu (2011) os trabalhadores do comércio e da indústria formam o grande filão da informalidade. Assim, torna-se

interessante analisar o papel do profissional em contabilidade perante a informalidade.

## 1.2 PROBLEMA

Vive-se uma fase preocupante em relação ao futuro. A sociedade está sem a certeza de que a Previdência Social poderá lhe proporcionar uma vida digna na hora de parar de trabalhar. Isto acontece devido ao baixo número de contribuintes em relação ao número de pessoas que necessitam de aposentadoria. A legalização da mão-de-obra é essencial para um equilíbrio futuro do país, já que se aumenta o número de contribuintes e conseqüentemente irá aumentar o número de acesso aos benefícios oferecidos pelo governo a partir da regularização dos empregados nas empresas. Na cidade de Santa Cruz do Capibaribe é numerosa a quantidade de pessoas que trabalham em sua principal economia, a confecção.

A informalidade não é um aspecto apenas local, mas acontece em todo cenário nacional segundo o site Monitor Mercantil (2011) a informação trazida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE é que dos 22 milhões de trabalhadores empregados no Brasil em 2010, 46,3% trabalharam de forma regular, enquanto mais da metade ainda estão sem registro em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social. Esta é uma realidade que vem mudando nos últimos anos, já que este número de empregados na informalidade era maior.

Com o crescimento da atratividade de pessoas que circulam pela região do pólo de confecções de Pernambuco, acontecem constantemente fiscalizações. Preocupadas com o impacto que as multas aplicadas causam ao seu patrimônio, muitos empresários estão à procura dos escritórios de contabilidade a fim de se regularizarem, porém ainda são muitos os que insistem em manter sua mão-de-obra informalmente, deixando milhares de pessoas à margem do que a lei lhes proporcionam. Diante deste fato, este estudo tentará responder ao seguinte questionamento: Na opinião dos empresários como a contabilidade pode ajudar as indústrias de confecção de Santa Cruz do Capibaribe a ponto de aumentar o número de empregados formalizados da região?

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O tema, objeto da monografia, foi escolhido devido à participação da contabilidade como fator relevante para formalização de micro e pequenas empresas que fabricam confecções na cidade de Santa Cruz do Capibaribe e a consequente formalização da mão-de-obra das indústrias.

No Brasil existe dúvida quanto ao futuro da Previdência Social, que sofre pela falta de arrecadação em relação ao valor de benefícios concedidos. Segundo informações do boletim estatístico da Previdência Social (2011) a arrecadação líquida em 2009 do Regime Geral da Previdência Social foi R\$ 182.381.492,00 enquanto que o valor dos benefícios somou R\$ 224.876.366,00. Este problema vem se agravando ao longo dos anos e para haver um equilíbrio da Previdência Social deve-se ter uma preocupação por parte do Governo em buscar mais contribuintes, assim a previdência ficaria mais fortalecida e com capacidade de atender a população na hora de sua fragilidade.

A necessidade da mão-de-obra formalizada é sem dúvida um elemento fundamental na circulação da mercadoria confeccionada. Segundo Christóvam (2008) “a desvinculação do trabalho formal é um dos aspectos que pode demonstrar a fragilidade das práticas de negociações saudáveis onde ambos os lados agregam ganhos reais”. Assim, empregados sem nenhuma segurança tendem a produzir só o necessário para sua sustentabilidade acarretando com isso a diminuição de produtos fabricados e consequentemente a redução das vendas. Esta é uma das preocupações que levam o empresário a consultar um escritório de contabilidade para fazer um levantamento de quanto seria o custo da mão-de-obra de sua indústria se estivesse formalizada.

Para o Portal de Contabilidade Cosif (2001) os escritórios de contabilidade que atendem micro e pequenas empresas estão teoricamente aptos a fazer este planejamento financeiro e gerencial evitando a quebra ou a falência de seus clientes. Então, a preocupação dos empresários pode partir do anseio de ficar sem mão-de-obra, acarretando em poucas vendas e resultando em falência. A pesquisa terá um valor social atribuído a Santa Cruz do Capibaribe, pois tratará de resultados do comportamento da população pesquisada. Serão analisados os resultados obtidos

através do fato de existir ou não mão-de-obra legalizada após o planejamento efetuado pelo contabilista e formalização da indústria de confecção.

O estudo do trabalho acadêmico estará focado nos problemas existentes devido a não formalização da mão-de-obra, que acabam deixando os trabalhadores sem segurança quanto ao seu futuro, já que deixam de contribuir para a Previdência Social. Será uma pesquisa que contribuirá com informações para o cidadão sobre seus direitos, tanto individuais, quanto coletivos. Será demonstrado o quanto pode crescer uma sociedade que respeita os direitos dos cidadãos, que acabam recebendo benefícios como uma digna aposentadoria, acesso aos auxílios e abonos que o governo oferece como: salário-família, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão, entre outros. Para o empresário, a pesquisa atuará como um guia no sentido de evitar sanções trabalhista, o ajudará a saber como cobrar do trabalhador o que é necessário para a atividade laborativa.

A pesquisa se mostra importante no momento em que analisa se a contabilidade é relevante para os gestores no processo de formalização da mão-de-obra.

## **1.4 OBJETIVOS**

### **1.4.1 GERAL**

Analisar como o empresário avalia o papel do profissional contábil no auxílio ao processo de formalização da mão-de-obra nas indústrias de confecções de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

### **1.4.2 ESPECÍFICOS**

- Relatar o surgimento da economia de Santa Cruz do Capibaribe e sua evolução.
- Destacar as obrigações trabalhistas das Micro e Pequenas Empresas na atividade industrial de confecções.
- Apresentar como a contabilidade participa do processo de formalização da mão-de-obra nas empresas pesquisadas.

## 1.5 METODOLOGIA

Segundo Rampazzo (2005, p. 49) “a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento”. Para desenvolver este trabalho foi realizada uma pesquisa com os empresários das indústrias de confecções de Santa Cruz do Capibaribe.

Oliveira (2003, p. 65) conceitua que “a pesquisa de campo abrange a) pesquisa bibliográfica; b) determinação das técnicas de coleta de dados e determinação da amostra; e c) registro dos dados e de análises.” Assim, a pesquisa bibliográfica terá como base livros, artigos e assuntos abordados em sítios da internet relacionados ao problema e tema exposto, a coleta de dados aconteceu nas micro e pequenas indústrias de confecções de Santa Cruz do Capibaribe onde foi aplicado um questionário de forma aleatória com o número de 76 empresas, do qual se estudou sobre a mão-de-obra nas indústrias de confecção e a participação da contabilidade no processo de formalização, já que a cidade possui em sua população 63 contadores.

A coleta dos dados ocorreu no período de 04 a 29 de Abril de 2011. Após esta fase, os dados foram organizados e analisados conforme consta no capítulo 3 deste estudo, passando assim pela divulgação dos resultados bem como as considerações finais.

Sua característica foi de pesquisa descritiva porque evidenciará as características do problema exposto, através de um questionário contendo 20 questões distribuídas para os empresários. Quanto a sua forma a pesquisa será quantitativa que segundo Beuren (2006, p. 93):

Tornam-se bastante comum a utilização da pesquisa quantitativa em estudos de levantamento ou *survey*, numa tentativa de entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população.

Este estudo também conteve pesquisa bibliográfica onde será consultado assuntos abordados neste trabalho. Macedo (1994, p. 13) diz que a pesquisa bibliográfica:

É a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revista, trabalhos de congresso, teses etc.) e o respectivo

fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final).

Então, pode-se assegurar que as fontes bibliográficas serão a fundamentação do estudo, já que trará a conceituação de diversos autores sobre o tema a ser discutido.

## 2 A CIÊNCIA CONTÁBIL E SEUS OBJETIVOS

A Contabilidade é uma ciência cujo objetivo principal é cuidar do Patrimônio de uma empresa. Este Patrimônio pode ser entendido como o valor que se tem do conjunto de bens, direitos e obrigações pertencente a determinada empresa.

Ribeiro (1996, p. 14) descreve que:

A principal finalidade da Contabilidade é fornecer informações sobre o Patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitam assim as tomadas de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários, como também por parte daqueles que pretendem investir na empresa.

Ao se desenvolver, esta ciência se ramifica efetuando estudos específicos a dada situação, os ramos mais executados são os seguintes: contabilidade financeira, contabilidade de custos, contabilidade gerencial e a contabilidade tributária. Para Ludícibus (2007, p. 21):

A contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se “encaixem” de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador.

A contabilidade gerencial aprofundará informações ligadas a contabilidade custos e a contabilidade financeira. Na área financeira serão analisados os relatórios bem como as demonstrações financeiras para que a sociedade conheça o aspecto financeiro daquela empresa. Na área de custos, a contabilidade gerencial aprofundará o conhecimento do administrador ou empresário de, por exemplo, como utilizar a mão-de-obra de maneira a que ela venha a compensar altos investimentos.

Leone (2007, p. 199) diz que:

Os contadores de custos, em conjunto com os responsáveis pelo processo produtivo e com engenheiros de produção, devem estabelecer métodos, rotinas e indicadores para praticar com eficácia o controle da mão-de-obra. Vamos lembrar o óbvio: a própria mão-de-obra tem seus custos que devem ser controlados. Entretanto, os custos maiores, relativos a mão-de-obra, se originam do manuseio de equipamentos caros.

Então, observa-se que a mão-de-obra também deve ser conduzida de acordo com a colaboração dos contadores de custos e com capacidade gerencial.

Marques (2004, p. 9) evidencia a diferença básica da contabilidade gerencial em relação à contabilidade financeira:

A contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores, isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. A contabilidade gerencial pode ser contrastada com a contabilidade financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão fora da organização.

Então pode-se distinguir a diferença entre aquela contabilidade para ser usada para fins internos (gerencial) e aquela utilizada com a finalidade de oferecer informações ao público externo (financeira). Assim, as informações gerenciais terão o papel de conduzir as decisões internas, ou seja, caberá aos administradores ou gestores utilizá-las. A ligação do gestor com estas informações será o próximo tópico discutido.

## **2.1 O USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PELOS GESTORES**

Hoje para perpetuação de uma empresa nos negócios é preciso que a atividade empresarial seja exercida por pessoas que tenham ao menos conhecimentos básicos de contabilidade para que se possa entender os relatórios e tomar a decisão adequada de modo a desenvolver a empresa e gerar vantagem competitiva.

Alguns empresários tratam a contabilidade como um objeto cuja função é de cumprir as obrigações legais, emitir guias e repassar os dados da empresa ao fisco, essa visão pode prejudicar a empresa, já que este trabalho poderia ser executado por um sistema de informação. É preciso que não se conheça apenas números e sim informações. A informação é mais completa que um simples relatório com valores de difícil interpretação, já que pode ajudar o gestor na tomada de decisão. Lucena (2004, p. 47) acredita que:

Quem detém a informação e não consegue torná-la fonte de conhecimento, cria uma informação que é considerada apenas um dado irrelevante, já que não consegue absorvê-la e transformá-la em conhecimento, apenas em acúmulo que prejudica sua decisão.

E uma das funções da contabilidade gerencial está em utilizar as informações contábeis com a finalidade de administração e controle interno.

A contabilidade gerencial é o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento,

avaliação e controle dentro de uma organização e para assegurar o uso apropriado de seus recursos. (MARQUES, 2004, p. 9)

Então pode-se entender que as informações geradas pela contabilidade se utilizadas com a finalidade de gestão ajudará os empresários a cuidar dos seus bens e evitará a extinção de sua empresa. Portanto, a ciência contábil tem a função de prestar informações confiáveis e precisas para que não seja tomada nenhuma decisão baseada em cima de algo que não exista, ou seja, que o empresário não tome decisão levando em consideração um relatório que não teve precisão e que deixou omissos algum dado.

É importante que a organização se preocupe com os custos gerados pela atividade empresarial, pois estes agregam fator relevante para uma empresa se manter no mercado. Martins (2001, p. 22) relata o seguinte:

Com o significativo aumento da competitividade que vem ocorrendo na maioria dos mercados, sejam industriais, comerciais ou de serviços, os custos tornam-se altamente relevantes quando da tomada de decisões em uma empresa. Isto ocorre pois, devido a alta competição existente, as empresas já não podem mais definir seus preços de acordo com os custos incorridos, e sim com base nos preços praticados no mercado que atuam.

Então, verifica-se que os custos devem se adequar a empresa de modo que elas possam formar o preço do seu produto em um valor que seja compatível com o preço da concorrência, fazendo com que ela continue a existir na sua área de mercado.

## **2.2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A CONTABILIDADE**

Hoje se vive uma fase onde o empreendedorismo tem aparecido com muita frequência. A cada dia pode-se sentir o constante aumento dos negócios. Este aumento contribui para o surgimento das micro e pequenas empresas. A maioria dessas empresas nasce do empirismo de seus donos, ou seja, pela prática de algum tipo de atividade lucrativa. Trata-se de negócios que na maioria das vezes acontecem com o trabalho dos membros de uma família e começam a tomar proporções maiores até que se legalizem e firmem-se como micro empresas.

A lei complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, define em seu artigo 3º, inciso I que microempresas são aquelas que tenham tido um faturamento bruto

anual com valor menor ou igual a R\$ 240.000,00, já o inciso II diz que para se enquadrar como empresa de pequeno porte é preciso que tenha havido um faturamento bruto anual superior a R\$ 240.000,00 até o limite de R\$ 2.400.000,00.

O SEBRAE/SP (2006) afirma que em 2004 foram abertas 5,028 milhões de Micro e Pequenas Empresas-MPEs que corresponderam a 98% dos estabelecimentos entre o ano de 2000 a 2004. Ainda este órgão relata que “Em 2004, cerca de 56% das MPEs estavam no comércio, 30% em serviços e 14% na indústria.” Estes percentuais demonstram que a iniciativa dos brasileiros em montar um negócio é maior do que em se manter neste negócio, uma vez que médias e grandes empresas só ocupavam 2% dos estabelecimentos.

Para que MPEs comecem a se desenvolver é necessário que haja um planejamento. A contabilidade é uma ferramenta fundamental na questão de planejar, já que pode dar instruções para que haja uma organização dos bens ou do capital que será injetado naquela atividade. O fato de estas empresas não se tornarem maiores pode ser atribuído ao uso da contabilidade apenas para cumprir exigências fiscais, esquecendo sua essência que é cuidar do patrimônio.

Uma maneira de avaliar a situação dos bens, direitos e obrigações de uma determinada empresa pode ser feito com os diversos planejamentos elaborados pelo contador. A curto prazo pode ser elaborado um planejamento financeiro. Segundo Gitman (2006, p.434):

O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações da empresa, porque ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar ações da empresa para atingir seus objetivos. Dois aspectos-chave do processo de planejamento financeiro são o *planejamento de caixa* e o *planejamento do lucro*. O planejamento de caixa envolve a preparação do orçamento de caixa da empresa; o planejamento de lucro envolve a preparação de demonstrações financeiras projetadas.

Pode-se entender então que é o papel da contabilidade através de suas demonstrações e relatórios que esclarecerão a situação que se encontra uma empresa, e junto com a administração elabore os planos e metas a serem atingidos no curto prazo que trarão resultados ao longo dos anos.

É comum perceber a existência de um departamento de contabilidade com alguns contadores nas médias e grandes empresas, já as micro e pequenas quase não se encontra este tipo de trabalho, fazendo com que elas recorram a um escritório de contabilidade à parte de suas atividades diárias. Isso acontece devido

às poucas condições financeiras destas em pagar um contador para um trabalho mais gerencial dentro da própria empresa. Contudo, não há nada que a impeça de exigir explicações mais detalhadas e de maneira gerencial do contador, fazendo com que ele exerça sua função de ajudar no desenvolvimento daquela organização, e não apenas para livrá-la de multas por irregularidades.

### **2.3 A MÃO-DE-OBRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Mão-de-obra Direta é definida por Martins (2001, p. 143) como sendo:

Aquela relativa ao pessoal que trabalha diretamente sobre o produto em elaboração, desde que seja possível a mensuração do tempo despendido e a identificação de quem executou o trabalho, sem necessidade de qualquer apropriação indireta ou rateio.

Ela integrará o custo da empresa se estiver sendo utilizada na produção, caso seu uso seja fora da produção, contabilmente será considerada despesa com mão-de-obra indireta.

É visível que o Brasil está vivendo um momento onde o desenvolvimento tem contribuído para diminuição do número de pessoas desempregadas. Porém, vale ressaltar que ainda existe um grande número de trabalhadores que não fazem parte do mercado formal. Este é um fato que deve ser analisado por duas vertentes. A primeira é a de que o desemprego está diminuindo e com isso o país pode melhorar sua condição social, pode diminuir a violência e a miséria, a segunda esta relacionada ao fato de que a informalidade pode acarretar em sérios problemas em relação ao número de contribuintes da Previdência Social.

Segundo o site Folha Vitória (2010) uma pesquisa realizada pelo SEBRAE mostrou que 12,5% dos empregados de micro e pequenas empresas estão em situação irregular, ou seja, não possuem registro em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social. Isto mostra que ainda é um desafio para as MPEs a formalização completa de sua mão-de-obra e que ocorre a falta de planejamento para que este tipo de empresa tenha força para sobreviver após a regularização completa de seu pessoal.

O crescimento do emprego nas micro e pequenas empresas da auto-ocupação (exercício de trabalho por conta própria ou em negócios familiares) e de outros trabalhos, como serviços domésticos remunerados,

elevou o contingente de pessoas no mercado informal.(PEREIRA, 2006, p. 63).

Pode-se entender que pelo aumento das atividades em que os próprios donos ou seus familiares exercem o trabalho é um dos fatores para que haja o aumento da informalidade.

Uma preocupação existente está ligada a rotatividade da mão-de-obra, a qual pode ser entendida como a relação na quantidade de tempo que uma pessoa permanece empregada em determinada empresa e sai desta empresa para trabalhar em outra seja de forma legalizada ou não.

Esta rotatividade pode contribuir para uma instabilidade do mercado, já que o tempo de permanência num emprego no Brasil tem sido relativamente baixo, como evidencia um estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego junto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos-DIEESE sobre o mercado formal entre os anos de 2003 a 2009 onde mostra que na duração de vínculos trabalhistas “Cerca de 2/3 dos vínculos são desligados antes de atingirem um ano de trabalho e o tempo médio do emprego formal é de, aproximadamente, apenas 4 anos.”

Com o desligamento dos empregados é cessada a contribuição para a Previdência Social e se o motivo da rescisão for demissão por iniciativa do empregador caberá a própria previdência garantir o direito do empregado ao Seguro Desemprego, ou seja, a previdência fica sem um contribuinte e passa a ter mais uma obrigação.

O estudo mencionado ainda evidencia que “Os pequenos e médios estabelecimentos podem apresentar altas taxas de rotatividade embora não sejam os principais responsáveis pela maior parte dos contratos rompidos.” Verifica-se então que o maior número de desligamentos tem como responsável as empresas de grande porte, pois estas têm uma maior quantidade de empregados formalizados.

## **2.4 A PREVIDÊNCIA SOCIAL: BENEFÍCIOS E PRINCIPAIS PROBLEMAS**

A Previdência Social é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 a todos brasileiros e se configura como seguridade social, já que surgiu como uma forma de assegurar a subsistência dos cidadãos quando tiveram sua capacidade

laborativa interrompida. É uma forma do Estado em proteger as pessoas que trabalham e as que deixaram de trabalhar, seu objetivo é garantir a dignidade e promover o bem-estar social de todos. Por ser estatal ela está vinculada ao Instituto Nacional da Seguridade Social e aos órgãos do Ministério da Previdência Social. Castro (2008, p. 53) conceitua que:

A Previdência Social é, portanto, o ramo da atuação estatal que visa à proteção de todo indivíduo ocupado numa atividade laborativa remunerada, para proteção dos riscos decorrentes da perda ou redução, permanente ou temporária, das condições de obter seu próprio sustento. Eis a razão pela qual se dá o nome de seguro social ao vínculo estabelecido entre o segurado da Previdência e o ente segurador estatal.

Então percebe-se que é um seguro social porque além de garantir a sustentabilidade do segurado faz com que este não seja mais uma pessoa à margem das necessidades sociais. Assim sendo, a Previdência Social é um seguro que tem a função de atingir as necessidades dos segurados presentes e futuros e é preciso que haja um equilíbrio para que os contribuintes presentes sejam segurados no futuro.

De acordo com o artigo 201 da CF (1988) a previdência social possui caráter contributivo e sua filiação é obrigatória, ou seja, todas as pessoas que exercem alguma atividade remunerada devem ser filiadas e repassarem sua contribuição. Existem os segurados obrigatórios e os facultativos. O segurado obrigatório exerce atividade remunerada e deve obrigatoriamente contribuir, já os facultativos segundo o site Guia trabalhista (2011) “são todos aqueles que, maiores de 16 anos, não tem renda própria, mas decidem contribuir para a Previdência Social, como as donas de casa, estudantes, síndicos de condomínios não-remunerados, etc.”

Os benefícios atendem segundo o artigo 201 da CF (1988):

- I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II – proteção a maternidade, especialmente à gestante;
- III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

Apesar de oferecer muitos benefícios que assegurarão uma assistência aos contribuintes quando estiverem impedidos de exercer algum trabalho existe ainda a

insegurança em relação ao futuro da Previdência Social, isto acontece porque ela já tem enfrentado uma série de problemas que geram instabilidade.

Existem muitas empresas que operam no mercado informal e por isso acaba sendo um fator de redução do custeio da previdência, já que empresas regularizadas contribuem com um percentual sobre o valor de sua folha de pagamento. A informalidade também leva a redução do número de empregados contribuintes e isto pode gerar como consequência uma baixa proporção do número de contribuintes ativos em relação ao número de inativos. Esta baixa proporção tem levado muitos benefícios ao indeferimento, fazendo com que haja um grande número de segurados sem o amparo que a previdência pretende atingir.

O custeio da previdência também depende da economia do país, pois se o ambiente econômico é favorável ao nascimento e perpetuação de pessoas jurídicas, a seguridade social pode garantir mais estabilidade. No entanto, se o desemprego, a sonegação, os desvios de recursos e a miséria continuarem existindo, poucas serão as pessoas que terão capacidade de contribuir até mesmo de forma facultativa. Todos estes problemas elencados podem gerar um caos na Previdência Social nas próximas décadas.

## **2.5 PROCEDIMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

Criada em 1943 e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, a Consolidação das leis do Trabalho – CLT foi um marco na história do Brasil, pois unificou uma legislação que garantiu a proteção ao trabalhador tanto de forma individual quanto coletiva.

Na relação de emprego existem dois sujeitos: o empregado e o empregador. A CLT em seu artigo 2º conceitua que “Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação de serviços”. Já por empregado esta mesma lei do trabalho em seu artigo 3º diz que “Considera-se como empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário”

Assim, a relação de emprego existe quando há um trabalho contínuo, com a existência da subordinação do empregado ao empregador e com a remuneração paga por este.

A partir da utilização da mão-de-obra o empregador deverá registrar o Contrato de Trabalho do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e atender a todos os procedimentos que a lei exige. Uma das obrigações trabalhistas é o recibo de salário que é definida por Ribeiro (2005, p. 123) como:

**Folha de pagamento de salários** é o documento no qual são relacionados os nomes dos empregados com o cargo, a função ou serviço prestado, o valor bruto dos salários, os descontos, o valor das quotas do salário-família e o valor líquido que cada um tem a receber.

A empresa está obrigada a descontar dos empregados a contribuição para Previdência Social, cuja alíquota de janeiro de 2011 são as seguintes: Para os que estão na faixa salarial até o limite de 1.106,90 contribuirá com 8%; de 1.106,91 até 1.844,83 será aplicado alíquota de 9%; já a faixa entre 1.844,84 até 3.689,66 o valor recolhido será de 11%. Ribeiro (2005, p. 123) relembra que “Além da despesa total com os salários brutos dos empregados, a empresa tem ainda os encargos com a contribuição previdenciária, referente à parte patronal, e com o fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS.”

A opção do empregado ao FGTS é uma obrigação da empresa que pagará mensalmente o percentual de 8% do salário do empregado através de uma guia que irá ser depositada na conta vinculada do empregado administrada pela Caixa Econômica Federal. Este direito garante ao empregado Seguro-Desemprego na ocasião da demissão sem justa-causa e ao saque dos depósitos acrescido da multa paga pelo empregador no valor de 40% sobre o saldo da conta vinculada. Caso o empregado venha a pedir demissão, os valores contidos em sua conta serão liberados com três anos se ele não estiver trabalhado formalmente durante este período.

Os recursos provenientes do FGTS deverão ser destinados a investimentos no setor de habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. A Caixa Econômica Federal assumiu, desde 1991, o controle de todas as contas vinculadas do FGTS, exercendo o papel de agente operador (Lei 8.036/1990, arts. 4º e 12). Os depósitos efetuados nas contas fundiárias são corrigidos monetariamente, com base nos parâmetros fixados para

atualização dos saldos dos depósitos de poupança, mais capitalização de juros de 3% ao ano. (SARAIVA, 2010, p. 287)

Já elaborada a folha de pagamento a empresa deverá informar uma declaração chamada CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), esta declaração tem como função demonstrar os empregados admitidos e demitidos de cada mês e serve como base para pesquisas e estatística e para atualizar os dados dos empregados.

A empresa ainda deve enviar todo ano a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que controla os dados para registro do FGTS, e caracteriza se o trabalhador poderá sacar o abono PIS/PASEP e também serve para estudos estatísticos.

### **3 O SURGIMENTO DA CONFECÇÃO EM SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**

Santa Cruz do Capibaribe esta localizada no agreste do estado de Pernambuco a 180 quilômetros de Recife, capital do estado. Segundo o site Moda Center Santa Cruz (2011) esta cidade é o segundo maior pólo de confecções do Brasil e possui 12 mil empresas, onde a maior parte de sua população obtém renda e supre suas necessidades.

Para estudar a potencialidade da economia de Santa Cruz do Capibaribe é necessário conhecer um pouco sua história e sua evolução. Por volta do ano de 1750, um português chamado Antônio Burgos recebeu uma orientação médica de que deveria procurar um local sossegado para preservar sua saúde, passou então a viver no agreste setentrional de Pernambuco às margens do rio Capibaribe.

Aos poucos a vila pertencente ao município de Taquaritinga do Norte começou a ser povoada, seus habitantes viviam da agricultura, porém o clima era muito seco e em busca de melhores condições os agricultores tiveram a idéia de comercializar tecidos trazidos pelos mascates direto de São Paulo. Os homens cuidavam da comercialização do tecido em feiras locais e fora da vila, enquanto que as mulheres se ocupavam em fazer colchas de retalhos que sobravam dos tecidos, assim surgiu a confecção nesta vila. Para Matos (2004, p. 6) “podemos resumir a atividade de “Confecção” numa ação de **vender** e **lucrar**” e foi justamente o que aconteceu com as sobras de tecidos.

Com sua emancipação pela lei estadual nº 1.818 de 29 de Dezembro de 1953, a cidade conseguiu atrair mais compradores. As mulheres na costura de colchas de retalhos perceberam que algumas sobras de tecidos eram muito grandes e começaram a usar essas sobras maiores para confeccionar shorts. A idéia teve uma propagação tão significativa que muitas costureiras fizeram outros tipos de peças de vestuário, até então conhecidos como “sulanca”. Moraes (1979, p. 1) explica como surgiu a sulanca da seguinte forma:

A sulanca começou no final dos anos 40, quando Santa Cruz ainda era vila, com o trabalho pioneiro dos três comerciantes acima na venda de retalhos (subprodutos de fábricas de tecidos), o que permitiu a confecção de cobertas (tiras emendadas). Daí se partiu para o fabrico de roupas com retalhos maiores, tudo a preços populares. Em seguida, outros se juntaram à atividade que, 50 anos depois, chegou ao nível atual em que Santa Cruz do Capibaribe é o maior pólo de confecções do Norte/Nordeste do País.

A feira tomou proporções maiores a partir da década de 50 e começou a se difundir entre o público nordestino que necessitava de peças de vestuários a preços

baixos, embora sua qualidade não fosse boa. Hoje algumas pessoas têm a idéia de sulanca como alguma peça de roupa mal feita, esta impressão pode advir do significado do termo. Segundo Moraes (1979, p. 1) a palavra sulanca pode ser entendida de dois modos, a saber:

Para uma corrente, sulanca vem da união de helanca (malha vinda do Sul do País) e sul. Outros dão como origem uma designação depreciativa dada ao produto no início, algo como sucata. Esta hipótese tem mais fundamento porque é coerente com o princípio da coisa: coberta ou roupa feita pelo povo com pedaços de retalhos. Era coisa mal acabada, de carregação mesmo, como poderia ser em sua origem numa sociedade então muito pobre, que buscava sobreviver com seus próprios meios. Assim, é provável que o **su** de sulanca tenha vindo de sucata assim como o **lanca**, de helanca.

Pode-se perceber que o significado de um termo passa a ser um elo que caracterizará a qualidade de um produto ou uma mercadoria. Queira ou não o termo sulanca marcou o produto. Bonavita (2008, p. 23) diz que “o nome da marca deve falar sobre as qualidades e atributos do produto, resumidamente, ou deve ser fácil de pronunciar para ser mais facilmente reconhecido.” Isto cabe uma reflexão, a fácil pronuncia da junção de duas palavras (sul ou sucata e helanca) acabou marcando o produto negativamente por alguns anos, já que seus atributos e suas qualidades eram baixíssimas, já que se tratava de uma população pobre que buscava através da confecção das peças de roupas suprir suas necessidades básicas.

### **3.1 A CAPACIDADE DA POPULAÇÃO SANTA-CRUZENSE EM DESENVOLVER SUA ECONOMIA**

Ao desapontar como pioneira na produção de confecções do Norte/Nordeste do Brasil no início dos anos 50, Santa Cruz passou a atrair compradores de outras regiões. Isto começou a criar em seu povo uma idéia de que se vendesse mais teria mais rentabilidade. Sua população detinha as mínimas instruções educacionais possíveis, já que se vivia um processo de emancipação. Pode-se dizer que o conhecimento escolar era apenas de alguns filhos de comerciantes que procuravam a capital de Pernambuco para estudarem. Esses comerciantes faziam parte da minoria que já detinham recursos para cobrirem as despesas com educação de sua família. Enquanto a busca de conhecimento era de poucos privilegiados, crescia na

maioria restante a força do trabalho. De forma prática eles foram aperfeiçoando suas mercadorias e desenvolvendo seu comércio.

Pereira (2004, p. 33) fala o seguinte sobre o conhecimento prático da população santa-cruzensense na atividade de confecção:

[...] a base do conhecimento acumulado durante o curso da evolução dessa atividade deu-se de forma puramente empírica. Ou seja, os conhecimentos eram acumulados com a experiência prática, observando o trabalho do dia-a-dia nas diversas tarefas, ocupações e situações surgidas da necessidade de tornar o processo produtivo e comercial cada vez mais rentável financeiramente.

Então, percebe-se que o empirismo foi um ponto forte na capacidade de produção das famílias, as atividades eram realizadas conforme o andamento da própria confecção bem como sua aceitação na hora da comercialização. Comercialização conforme Gonçalves (2001, p. 20) “é a transferência dos produtos, bens ou serviços para outros interessados, com a conveniente retribuição financeira, incluindo aí a lucratividade”, esse conceito é capaz de esclarecer que o objetivo da comercialização não é apenas o lucro, mas com a demanda crescente da mercadoria, o desafio passaria a ser o de manter as vendas a um nível que gerasse lucratividade e que pudesse concorrer com as demais famílias que também fabricavam o mesmo produto.

Para a população confeccionista o conceito de lucro veio de forma empírica e segundo Sturkat (2006, p. 7) “lucro para o industrial é a diferença entre custo da produção e o preço de venda do produto” e foi de início essa a idéia dos seus primeiros fabricantes.

Pelo fato de a economia de Santa Cruz ter surgido como um meio de sobrevivência de seu povo, a maioria das confecções se originaram no âmbito familiar. Aos poucos as famílias iam montando os chamados “fabricos”. Fabricos são pequenas fábricas que funcionavam nos fundos das casas desta cidade. Hoje é comum ao andar pelas ruas deste município escutar ruídos de máquinas e poder observar algumas pessoas trabalhando em forma de pequeno fabrico, trata-se de pessoas que estão começando a praticar este tipo de negócio e que ainda não puderam se legalizar.

À medida com que as vendas foram crescendo, a cidade e a quantidade de famílias com este tipo de negócio foram aumentando. A feira, que até então era

localizada apenas no centro desta cidade, a partir da década de 80 foi tomando o espaço de suas principais ruas e avenidas.

O bom resultado econômico não era apenas da fabricação e da conseqüente venda da confecção, mas pelo fato da cidade ser pequena e não ter pousadas ou hotéis para receberem os sacoleiros, muitas famílias passaram a utilizar quartos de sua casa como dormitório para aconchegar os compradores. Eram famílias que não fabricavam, mas que tinha como prática de trabalho a hotelaria, que era precária pelo fato de ser feita de modo empírico e sem noções de como recepcionar estes sacoleiros para que estes voltassem a movimentar a economia da cidade e a ocupar seu dormitório. Havia pessoas que forneciam alimentação, fazendo surgir lanchonetes, bares e restaurantes. E cada necessidade dos sacoleiros era suprida pela criatividade e necessidade do povo local em obter renda, resultando em crescimento econômico. Vejamos o que diz Cobra (2004, p. 109) a respeito de crescimento econômico:

As forças produzidas pelo ser humano atuam sobre os negócios estabelecendo uma ação dinâmica ou restritiva. Assim, o crescimento da economia impulsiona os negócios de uma maneira geral, gerando ciclos de negócios específicos para cada setor.

Entende-se que a ligação entre o que foi citado por Cobra com a economia de Santa Cruz é que a atividade laborativa foi se expandindo de tal maneira que criou ciclos econômicos menores que sobreviveram do ciclo maior, que neste caso foi a feira de confecções. Isto reflete no efeito que um ciclo de negócio bem desenvolvido reflete em outros menores. Se a economia da cidade for bem conduzida, todos os ciclos tendem a estarem dinamizados e equilibrados, porém se o principal, que neste caso é o da confecção, não estiver com muita demanda os menores tenderão a sofrerem as conseqüências.

### **3.2 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS E AS SOLUÇÕES ACATADAS**

Na década de 90 a cidade de Santa Cruz do Capibaribe passou a ser conhecida nacionalmente por atrair muitas pessoas na maior feira de confecções ao ar livre. Foi nesta época também que começou a mudar o pensamento dos confeccionistas em relação a seu comércio. Na verdade, tudo se tratou de uma

cadeia evolutiva: a sulanca vendida para sacoleiros a varejo passou a ser uma confecção com mais qualidade atraindo empresários interessados em revendê-las. Estes clientes passaram a exigir que a mercadoria fosse regularizada, já que estes dependiam das notas para passarem em postos fiscais. Este foi um fator importante na transformação de pequenos fabricos em indústrias de confecções.

Pereira (2004, p. 35) relata que “esse período pode ser considerado o início do processo de evolução, com base também na busca de conhecimento científico para a atividade confeccionista local, que até então era fundamentada apenas no conhecimento empírico”. Assim, verifica-se que nos anos 90 a cidade passou a observar que só o conhecimento prático não bastava e teria que existir solução para que seus produtos não ficassem ultrapassados. Também se percebe que o valor ao conhecimento científico passou a existir e fez com que surgisse a procura da ajuda de profissionais para regularizarem as empresas pioneiras.

O problema não era apenas de falta de formalização. A estrutura da cidade estava totalmente precária. A feira já tomava conta de quase todas as ruas do Centro, se viam peças espalhadas pelas calçadas, bancas que tomavam quase todo o espaço dos clientes caminharem, carroceiros carregando a mercadoria no meio do povo, o trânsito caótico e redes bancárias totalmente lotadas. O site Moda Center Santa Cruz (2011) relembra a situação da feira:

Os milhares de compradores e sacoleiras reclamavam do congestionamento do trânsito, da falta de sanitários públicos, do desconforto no deslocamento por falta de espaço na feira de rua, dos dormitórios com a constante falta de água e energia, que também prejudicavam as nossas máquinas de costura. Os assaltos à mão armada, aos ônibus e bancos, reduziam a cada dia o número de compradores nas feiras. A cidade e o comércio começavam a agonizar e poderiam se acabar.

Deste relato percebe-se que a preocupação de todos que dependiam da feira era o fim, já que não era uma situação agradável para milhares de sacoleiros se dirigirem a uma feira que não oferecesse a mínima estrutura em segurança e comodidade.

A solução estaria em transferir a feira para um local que tivesse mais espaço, porém muitos sulanqueiros foram totalmente contra esta idéia, já que temiam perder o ponto comercial, que constituía um local certo para seus clientes o procurarem sendo portanto uma propriedade imaterial.

Segundo Abraão (2006, p. 345) “o bem imaterial nasce de uma relação de concorrência em que se cria um espaço de clientela- daí se pode falar em expectativa de lucro futuro.” Portanto, existiu a preocupação em perder clientes que já sabiam onde encontrar sua mercadoria e como consequência perder lucros que poderiam auferir no futuro. Mas, com muita resistência foi inaugurado em outubro de 2006 um parque de feiras chamado Moda Center Santa Cruz. Foram 10 anos desde a criação do projeto até sua inauguração. Muitas pessoas acreditaram no projeto que teve parceria pública e privada e passaram a comprar boxes ou lojas. Os que não acreditaram ou não tiveram condições de comprar trabalham hoje no calçadão do próprio parque e a feira migrou toda para ele, desafogando as ruas do centro que permanecem hoje com lojas e bancos.

A cidade dispõe de um parque de feira, o Moda Center Santa Cruz, onde é comercializada a confecção, dispondo de uma estrutura que consta de 80 mil metros quadrados de área coberta, com 6.208 boxes de feira e 528 lojas, e com sua ampliação em cinquenta por cento, se consolida como o maior parque de feiras das Américas.(LEITE apud SILVA, 2009).

Estes foram os dados do parque da sua inauguração em 2006 até 2009, porém já houve crescimento aos confeccionistas que não acreditaram no projeto do parque a solução foi estender a estrutura e oferecer novos boxes e lojas para que estas pessoas pudessem usufruir de um local mais adequado do que um calçadão. Deste modo foi anexado ao parque mais um pavilhão. Sua estrutura hoje é a seguinte:

Sua área coberta é de 120.000 m<sup>2</sup>, com 9.624 boxes e 707 lojas, divididos em seis módulos, com 06 praças de alimentação. Estacionamento para mais de 4.000 veículos, 48 dormitórios, totalizando 3.000 leitos, construídos em uma área total de 32 hectares. [...]Apenas pelo seu tamanho, o Parque de Feiras seria uma atração, e aliado ao seu porte, este imediatismo da remodelagem de coleções, faz com que a moda seja o principal produto econômico de Santa Cruz do Capibaribe (PE), já que as peças são produzidas no próprio município. A cidade possui fábricas familiares e de grande estrutura, movimentando o comércio de tecidos e aviamentos que vem das grandes fábricas dos Estados do centro-oeste e sudoeste, proporcionado ao local a menor taxa de desemprego do país. Desta forma, movimenta não só a economia pernambucana, mas é responsável por uma movimentação financeira em todo Agreste de Pernambuco se estendendo por todo Brasil.(MODA CENTER SANTA CRUZ, 2011).

Assim, pode-se verificar que os anseios da clientela e da população confeccionista foram superados com o parque, que possui além de boxes e lojas amplo estacionamento, banheiros, hotéis e dormitórios em sua própria estrutura. Foi

o fim dos anos de sol e chuva em mercadorias e barracas, trânsito caótico e redução de roubos e violência. Bastou a consolidação desse parque para que a cidade auferisse maiores resultados econômicos e que junto a Toritama e Caruaru formam o maior pólo de confecções do Brasil.

### **3.3 FORMALIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA: UM GRANDE DESAFIO PARA SANTA CRUZ**

Santa Cruz do Capibaribe já é conhecida como uma cidade pela geração de emprego e renda em várias regiões, Pereira (2004, p. 64) diz que “a atividade confeccionista santa-cruzeira é capaz de gerar trabalho, emprego e renda nas diversas regiões do país.”. Esta é uma realidade que tem atraído muitas pessoas para esta terra em busca de melhores condições de vida. Sua população segundo dados do CENSO (2010) hoje é formada por 87.538 habitantes, do qual 42.335 são homens e 45.203 mulheres. Estes dados comparados ao Censo do ano 2000 mostra que houve um aumento de 28.490 pessoas. Com todo o desenvolvimento e uma estrutura econômica altamente desenvolvida, esta cidade mantém a maioria de seus trabalhadores na informalidade fazendo com que haja uma preocupação com relação ao futuro destes trabalhadores que estão sem usufruir dos direitos que a CLT os oferece.

Pela formação de um povo que se preocupou muito com trabalho e sustento, sobrou uma realidade que assombra: empregados não-formalizados e sem treinamento. Segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE (2003) a média de horas trabalhadas é de 40 horas semanais e que em 90,6 % das empresas formais os empregados não são treinados. Isto demonstra que a forma do empirismo ainda é a que prevalece. Ainda segundo este órgão o faturamento das empresas formais chega a ser quatro vezes maior do que as informais. Por este ponto pode-se perceber uma mudança: empresas que estão procurando se formalizarem para obter um maior faturamento, já que poderão atender a clientes que só compram a empresas formalizadas. Partindo da formalização da empresa cabe aos empresários checar a situação da mão-de-obra utilizada, pois este é um fator que tem aumentado os custos de sua empresa.

Segundo o SEBRAE (2003) da população que trabalha na indústria de confecção do pólo de confecções de Pernambuco 33 mil estão na informalidade, enquanto que 7 mil estão com registro em sua CTPS e gozando de todos os direitos trabalhistas. Este número de formalidade é bem pequeno e tem feito com que os empregados a margem dos direitos que lhes são oferecidos acionem a justiça do trabalho, gerando para as empresas custos com ações ou acordos.

O que ocorre nesta cidade é uma difusão triangular no sentido de formalização da mão-de-obra. Este triângulo é formado por empresários, contadores e empregados. Para os empresários que estão reduzindo custos com a mão-de-obra devido ao registro da empresa e do empregado esta experiência pode ser útil a outros confeccionistas que percebem o crescimento daquela indústria e acabam convencidos de que deve haver mudanças para que haja um lucro maior. Para os contadores, a procura dos escritórios na busca de informações quanto a formalização de empresas/empregados tem sido intensa. E para os empregados as leis estão se difundindo à medida que os informais percebem os benefícios que estão deixando de receber, tais como: saque do PIS, saque do FGTS, seguro-desemprego, salário-família e os auxílios que o governo dispõe.

Hoje a cidade conforme o CRC/PE (2011) conta com o número de 63 Contadores, 48 Técnicos em Contabilidade e 36 escritórios individuais. Estes números demonstram que ainda tem muito espaço para novos profissionais que desejam assessorar as empresas desta cidade.

É evidente que com o intenso crescimento das micro e pequenas indústrias de confecções seja necessário o uso de informações contábeis que ajude aos gestores a conduzirem os custos com a mão-de-obra de sua indústria e este é o principal desafio hoje para a sociedade santa-cruzense.

No que diz respeito as informações contábeis, as Micros e Pequenas Empresas – MPE's ainda relegam a contabilidade ao segundo plano, entretanto, num espaço de tempo curto essa visão mudará e estas empresas enfatizarão a necessidade e a importância do uso destas informações para a tomada de decisão.(LUCENA, 2004, p. 22)

O uso destas informações ajuda a indústria a se equilibrar e evitar despesas, já que saberá com exatidão quanto custou sua mão-de-obra naquele período. É também interessante manter os empregados formalizados porque todo o desenvolvimento da confecção se trata de uma espécie de cadeia evolutiva, onde os

clientes fazem os pedidos, os tecidos e aviamentos são comprados, os empregados produzem as peças e a venda é realizada. Sem o empregado no processo as vendas não se realizam em tempo hábil, e muitas vezes os clientes procuram fábricas que cumpra a entrega da mercadoria em data certa, caso contrário procuram a concorrência. Sendo assim, é viável que se mantenha a mão-de-obra legalizada para evitar sua escassez, pois hoje o trabalhador do pólo de confecções mudou seu modo de pensar exigindo reconhecendo a relação não só de trabalho, mas de emprego. Sobre indústrias de confecções sem a mão-de-obra formalizada Lucena (2004, p. 41) afirma que:

A informalidade e as suas limitações prejudicam estas empresas, principalmente por viverem num ambiente em constante mudança. Não existem mais lugares para as empresas que trabalham dessa forma, é necessário ter planejamento, buscar as informações corretas e estarem abertas às novas mudanças organizacionais.

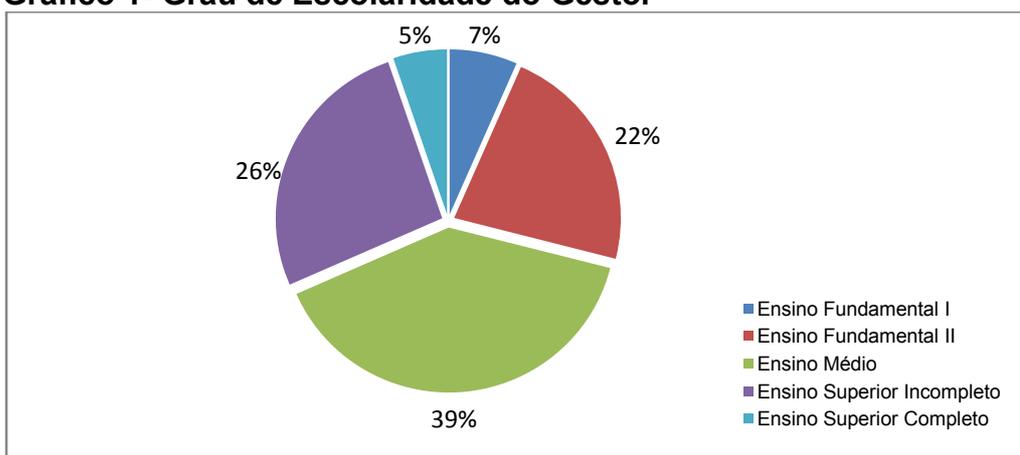
Informações com precisão serão dadas pela contabilidade através de seus relatórios. A assessoria oferecida a indústrias de confecções que aceitam as mudanças começa desde um planejamento financeiro até a familiarização dos confeccionistas com o entendimento dos custos que incorrem em sua empresa. Para se manter neste tipo de atividade econômica é necessário atender não só as obrigações com os empregados e com os órgãos fiscalizadores, mas é preciso que se mantenha uma escrituração contábil que demonstre o crescimento naquela confecção, ou seja, como esta o patrimônio da empresa.

#### 4 A ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada em 76 indústrias de confecções do pólo de Santa Cruz do Capibaribe- PE, das quais foram coletados dados através do questionário respondido pelos gestores no período de 04 a 29 de Abril de 2011. Em seu primeiro aspecto pode-se verificar um estudo sobre a qualificação do empresário gestor.

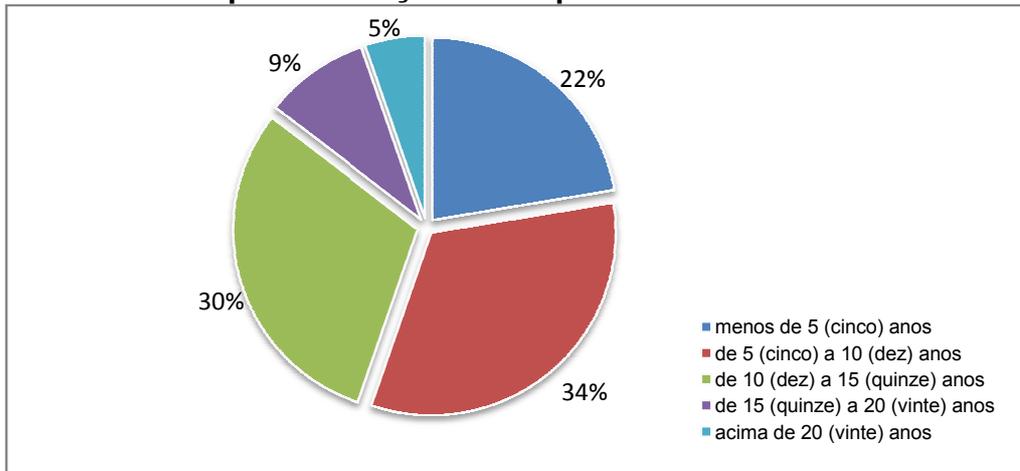
No gráfico 1 verificou-se que 39% dos gestores concluíram o ensino médio, 26% chegaram a frequentar a faculdade, no entanto não concluíram-na, 22% concluíram o ensino fundamental II, 7% pararam de estudar ao término do ensino fundamental I, enquanto que apenas 5% conseguiram concluir o ensino superior. Constatou-se então que foram poucos os empresários que conseguiram obter formação superior.

**Gráfico 1- Grau de Escolaridade do Gestor**



Fonte: Autora, 2011.

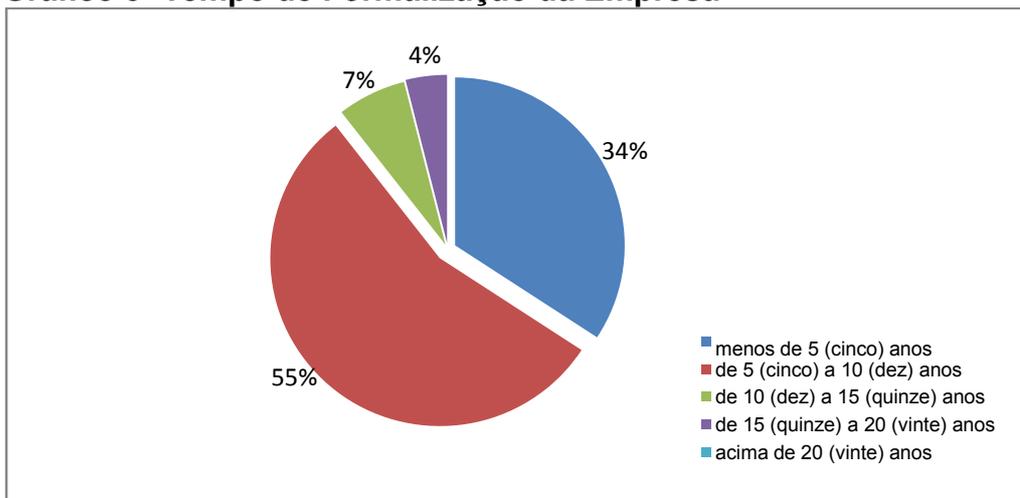
O gráfico 2 mostra que 34% dos gestores atuam na empresa de 5 (cinco) a 10 (dez) anos. É importante verificar que 22% dos gestores estão atuando em confecções há menos de cinco anos, enquanto que 5% dos gestores estão no mercado de confecções a mais de vinte anos. Estes dados demonstram que a pesquisa está voltada para empresas novas/recentes que estão trabalhando no segmento de confecções.

**Gráfico 2- Tempo de Atuação na Empresa**

Fonte: Autora, 2011.

Nos gráficos seguintes serão abordadas questões a respeito das características da empresa, em relação à formalização da pessoa jurídica e à formalização dos seus empregados.

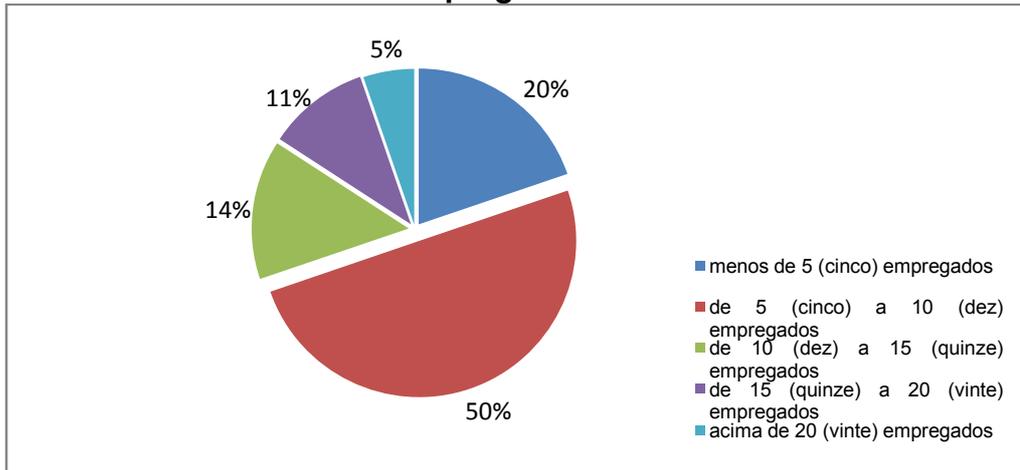
O gráfico 3 mostra que 55% das empresas se formalizaram de 5 (cinco) a 10 (dez) anos. Este gráfico comparado ao gráfico 2 mostra que houve uma preocupação em formalizar a empresa desde o momento de sua existência, ou seja, os gestores procuraram realizar o procedimento de abertura da empresa logo após começarem as atividades no seguimento da confecção.

**Gráfico 3- Tempo de Formalização da Empresa**

Fonte: Autora, 2011.

O gráfico 4 mostra que metade das empresas pesquisadas possuem entre 5 (cinco) a 10 (dez) empregados, 20% das empresas possuem menos de 5 (cinco) empregados e que apenas 5% possuem mais de 20 (vinte) empregados. Assim, por possuírem poucos empregados formalizados é ainda mais fácil obter um controle gerencial da mão-de-obra e conseguir aumentá-la.

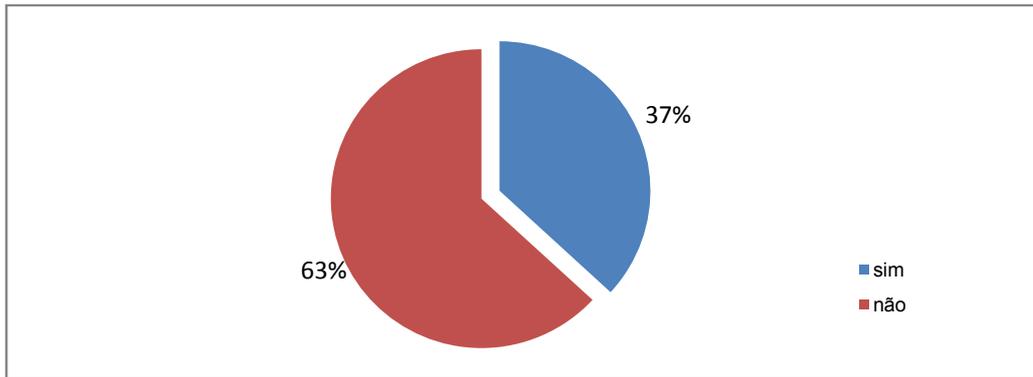
**Gráfico 4- Quantidade de Empregados Formalizados**



Fonte: Autora, 2011.

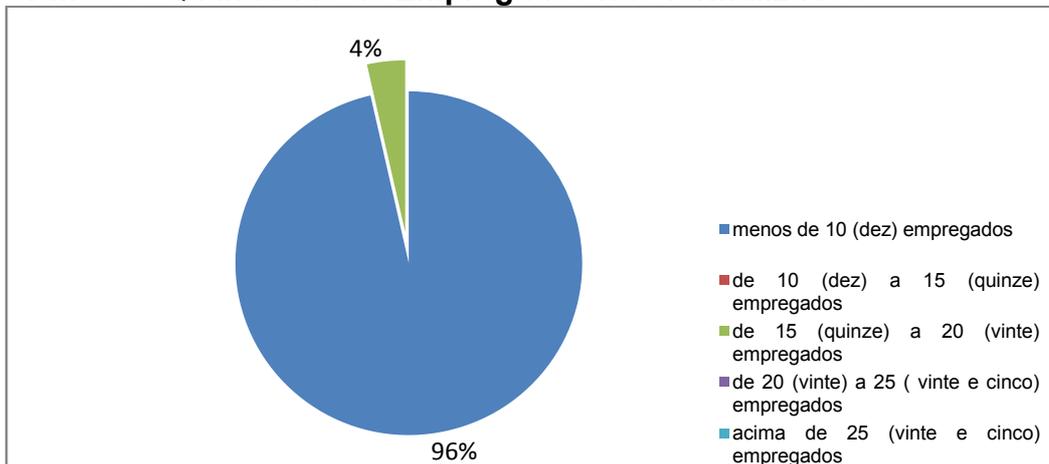
Nos gráficos a seguir serão analisadas informações pertinentes a informalidade para traçar qual o atual quadro de mão-de-obra que se encontra as empresas de Santa Cruz do Capibaribe pesquisadas.

O gráfico 5 mostra que 63% da mão-de-obra nas empresas pesquisadas não tem empregados informais e que 37% delas afirmam fazer uso da mão-de-obra informal. Pode-se perceber que há um maior número de empregados formalizados, isto reflete no interesse dos empresários em estar legalizados e usarem sua mão-de-obra de forma adequada para que o trabalhador sinta-se seguro e produza mais.

**Gráfico 5- Mão-de-obra Informal**

Fonte: Autora, 2011.

O gráfico 6 mostra que das empresas que possuem mão-de-obra informal no seu quadro de funcionários, 96% possui menos de 10 colaboradores. Apenas 4% das empresas com mão-de-obra informal possuem de 15 (quinze) a 20 (vinte) empregados nesta condição. É importante que a informalidade nestas empresas pesquisadas não acompanhe seu crescimento, pois se acompanhar acarretará no aumento de empregados desprotegidos e ficará sujeita as penalidades por fazer uso irregular da mão-de-obra e ainda não ajudará ao desenvolvimento social da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

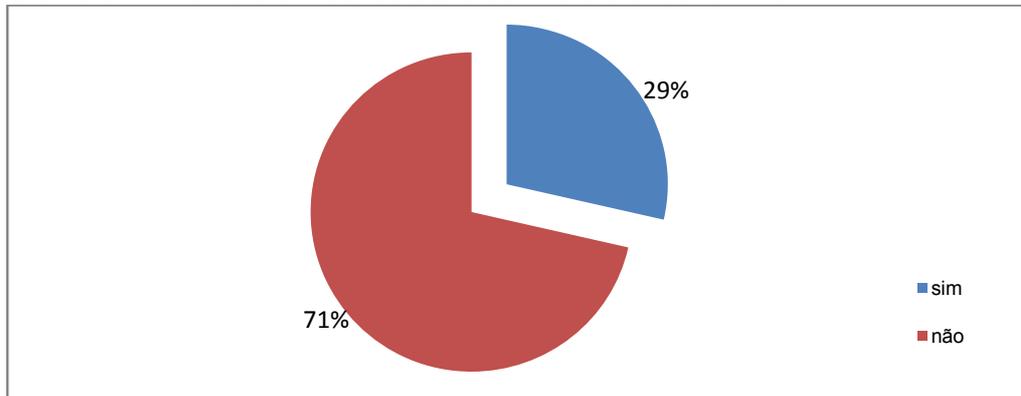
**Gráfico 6- Quantidade de Empregados não-formalizados**

Fonte: Autora, 2011.

O gráfico 7 evidencia que 71% das empresas não controlam os custos da mão-de-obra informal, enquanto que 29% das empresas realizam este controle. Este dado é preocupante, pois a empresa que não realiza este controle não saberá qual o nível de impacto que a mão-de-obra informal causa a sua organização. As empresas

devem reduzir a zero este tipo de mão-de-obra para que os empregados não migrem para outras empresas tornando escassa de empregados aquela da qual ele trabalhou informalmente. Assim, a empresa com empregados legalizados poderá cumprir a relação de emprego que determina a CLT.

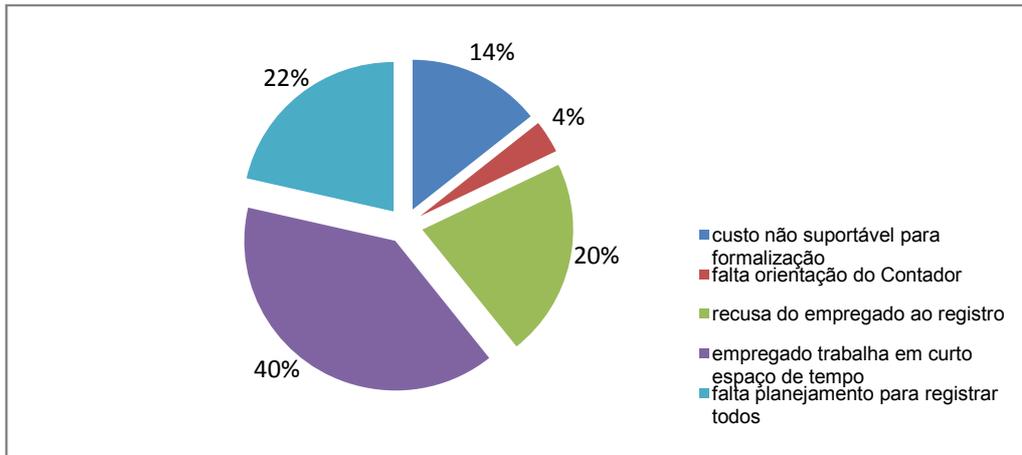
**Gráfico 7- Controle dos custos da mão-de-obra informal**



Fonte: Autora, 2011.

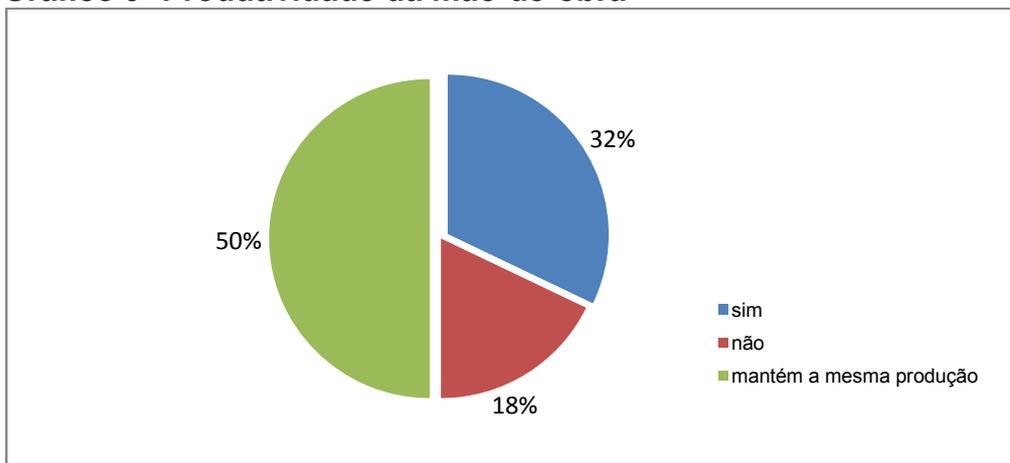
No gráfico 8 pode-se notar que para 40% das empresas pesquisadas, o principal motivo do uso da mão-de-obra informal é o curto espaço de tempo que o empregado trabalha na empresa, isto é, ela necessita daquela mão-de-obra só por um curto período, então seria viável que ocorresse o contrato de trabalho por prazo determinado, assim sua mão-de-obra ficaria legalizada e supria seu quadro de pessoal.

A falta de planejamento para registrar toda mão-de-obra resultou em 22% e pode-se atribuir ao contador e ao empresário a responsabilidade de aquele fazer o planejamento e este se responsabilizar pela execução. 20% das empresas que responderam dizem que os empregados se recusam ao registro, talvez seja por não conhecer a segurança que o trabalho formal pode oferecer. 14% das empresas responderam que não suportam o alto custo para formalização, e apenas 4% das empresas não tiveram orientação do contador para proceder a formalização da sua mão-de-obra.

**Gráfico 8- Motivos do uso da mão-de-obra informal**

Fonte: Autora, 2011.

O gráfico 9 mostra que 50% das empresas responderam que os empregados formalizados e não-formalizados mantêm a mesma produção. 32% afirmam que os registrados são mais produtivos enquanto que 18% das empresas responderam que os empregados legalizados não são mais produtivos que os sem registro. É viável que seja efetuado o registro de todos os empregados para que haja uma motivação em toda equipe de trabalho e como resultado poderá ocorrer maior rendimento do trabalho efetuado.

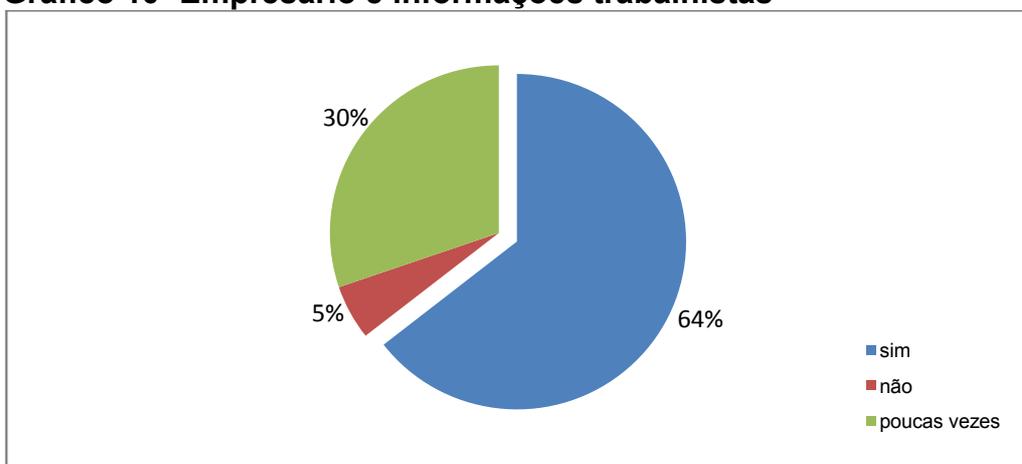
**Gráfico 9- Produtividade da mão-de-obra**

Fonte: Autora, 2011.

A partir do próximo gráfico serão estudadas questões a respeito do papel da contabilidade para a formalização da mão-de-obra e o nível de satisfação dos empresários com esta ciência.

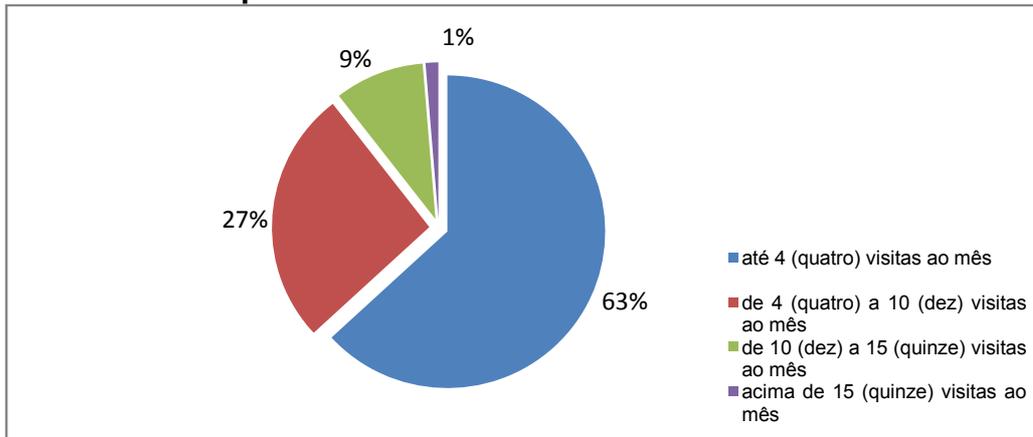
O gráfico 10 mostra que 64% dos empresários costumam tirar dúvidas a respeito da legislação trabalhista com o contador, 30% responderam que procuram poucas vezes para esclarecer este tipo de dúvida e 5% afirmam que não procuram. Através deste gráfico nota-se que existe uma interação da contabilidade com a empresa no sentido de apresentar e sanar dúvidas para esta sobre a área trabalhista. Este aspecto fixa mais ainda a figura do contador como um profissional interado com todas as áreas que cercam a empresa, fazendo com que o empresário atinja seu grau de satisfação com o serviço contábil prestado.

**Gráfico 10- Empresário e informações trabalhistas**



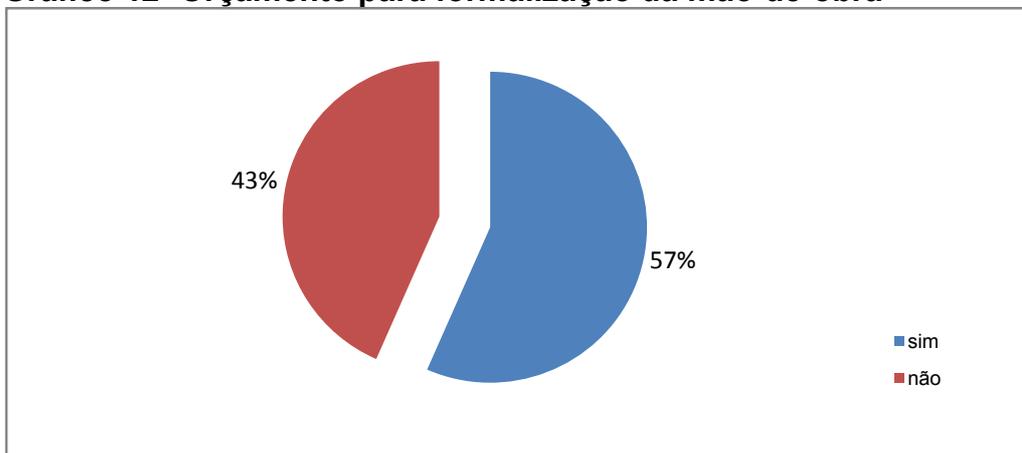
**Fonte:** Autora, 2011.

No gráfico 11 verifica-se que 63% dos empresários visitam o contador até quatro vezes ao mês, 27% fazem entre quatro e dez visitas por mês, 9% procuram o contador de dez a quinze visitas ao mês e apenas 1% procuram o contador mais de quinze vezes por mês. Este gráfico traduz a importância da atividade contábil em trabalhar de forma compartilhada, mostrando que sempre deve existir o encontro com o empresário, e que este encontro possa ser útil para que haja um maior desenvolvimento da indústria de confecção.

**Gráfico 11- Frequência de visitas ao Contador**

Fonte: Autora, 2011.

No gráfico 12 nota-se que o contador já elaborou orçamento para registrar o pessoal em 57% das empresas pesquisadas e que em 43% das empresas não houve algum orçamento neste sentido. Os orçamentos têm a finalidade de prever quanto de mão-de-obra poderá ser formalizada, bem como quanto sua produção poderia ser aumentada.

**Gráfico 12- Orçamento para formalização da mão-de-obra**

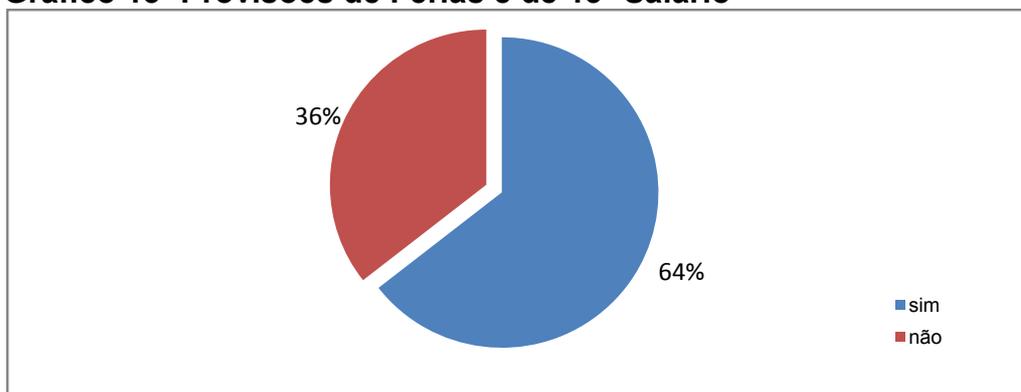
Fonte: Autora, 2011.

É preciso que os profissionais contábeis da região do pólo de confecções procurem realizar orçamentos que não se trate apenas de dados numéricos, mas que sejam fontes absorvidas pelos empresários e que resulte, de acordo com as condições da empresa, em mais admissões gerando boas condições de trabalho para os empregados e segurança para as empresas.

O gráfico 13 traz informações a respeito das provisões de férias e de 13º salário. Em 64% das empresas o contador costuma provisionar férias e 13º salário, já em 36% esta provisão não é realizada. É viável que seja mensurado os custos e as despesas com pessoal para que a empresa possa se ter um equilíbrio no mercado. A provisão de férias e de 13º salário é a maneira de manter mensalmente o valor referente a estes eventos.

A empresa pode optar por apropriar férias e seu terço, bem como 13º salário e seus encargos para que no momento do pagamento ela já tenha reservado os valores e não sinta um impacto na folha de pagamento. É preciso também realizar o pagamento dos empregados informais que muitas vezes não recebem estes valores e acabam reclamando seus direitos na justiça do trabalho.

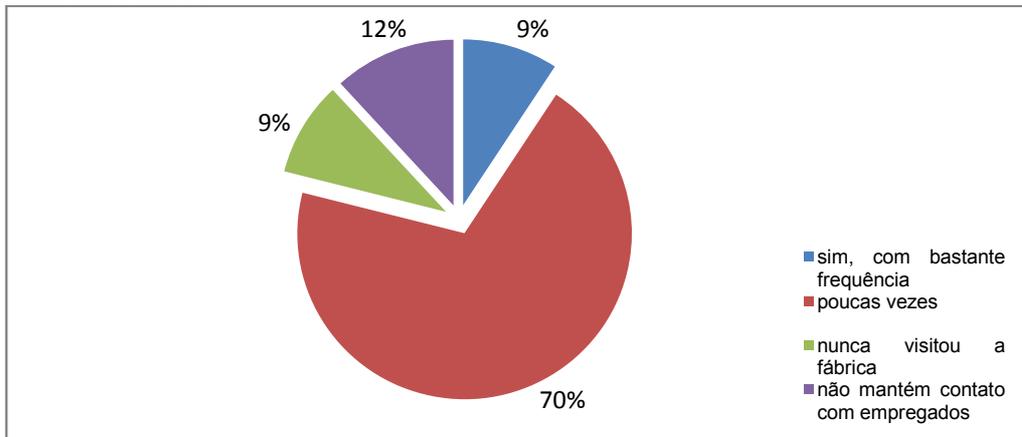
**Gráfico 13- Provisões de Férias e de 13º Salário**



**Fonte:** Autora, 2011.

O gráfico 14 diz respeito a realização de palestras nas fábricas de confecções com temas trabalhistas e também pesquisa sobre o contato dos empregados com o profissional contábil para esclarecer assuntos trabalhistas e o resultado é que 70% das empresas afirmaram que o contador realizou palestras e manteve contato com os empregados poucas vezes, 12% afirmam que este profissional não mantém contato com empregados, 9% responderam que nunca houve visita a fábrica de confecções e outros 9% afirmam que existiu palestras e contato com bastante frequência.

**Gráfico 14- Realização de Palestras e contato da Contabilidade com trabalhadores**

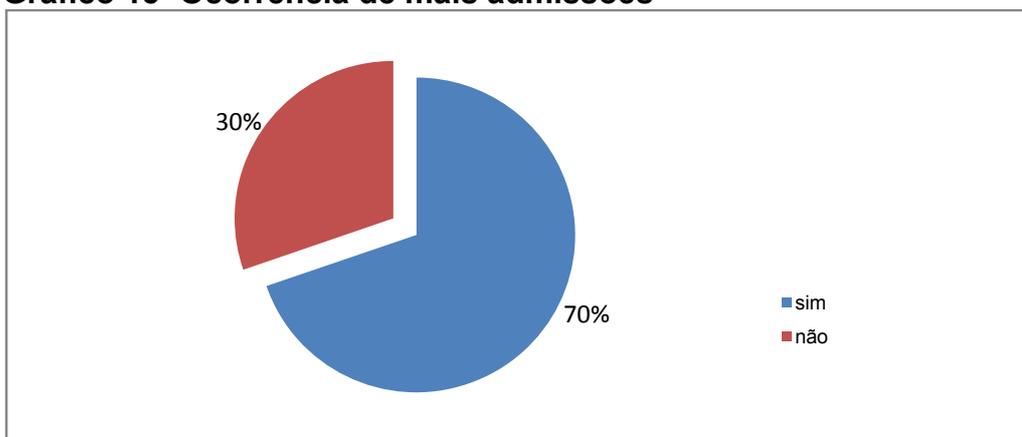


Fonte: Autora, 2011.

É preciso que haja mudanças neste sentido para que os trabalhadores passem a conhecer esta área e que reduza a recusa do empregado em torna-se registrado conforme o gráfico 8 evidenciou.

O gráfico 15 mostra que 70% das empresas admitiram mais empregados nos últimos seis meses, enquanto que 30% não realizaram admissões. Estes registros confirmam que há um caminho cada vez maior para formalização dos empregados das indústrias de confecções santa-cruzense. É verificado também que o triângulo formado por empresários, contadores e empregados pode ter ajudado na difusão de informações que contribuíram para a efetuação de mais registro de empregados nos últimos seis meses.

**Gráfico 15- Ocorrência de mais admissões**

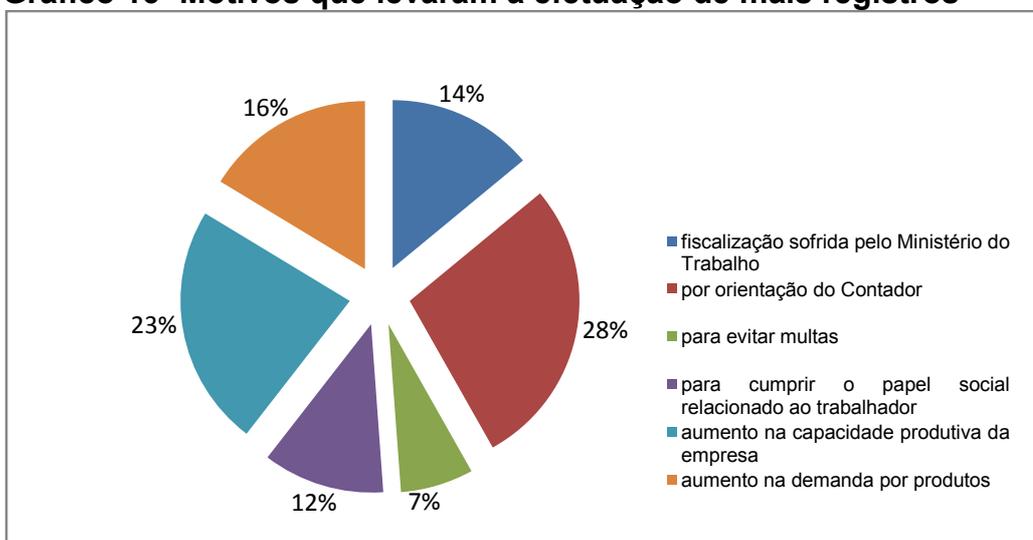


Fonte: Autora, 2011.

No gráfico 16 mostra que das empresas pesquisadas 28% dizem que ocorreu mais admissão devido à orientação do contador, conforme descrito no gráfico 16. Percebe-se então a influência deste profissional no processo de auxílio a tomada de decisão. 23% delas registraram mais trabalhadores devido ao aumento da sua capacidade produtiva, este aumento pode ter sido gerado pela boa condução de seus recursos.

Das empresas que efetuaram mais admissões 16% dizem ter feito devido ao aumento na demanda de produtos, esta demanda crescente nos últimos seis meses pode ter acontecido por causa da movimentação que ocorre nas feiras de Santa Cruz do Capibaribe nos meses de novembro a abril, que acontece as maiores vendas do período natalino e as vendas relacionadas ao carnaval e aos meses que antecede as festividades juninas. 14% admitiram mais empregados por terem sofrido fiscalização do Ministério do Trabalho, 12% procuraram atender aos anseios sociais e fizeram os registros para cumprir seu papel social perante o empregado e 7% das empresas resolveram realizar mais registros para evitar que sejam multadas.

**Gráfico 16- Motivos que levaram a efetuação de mais registros**

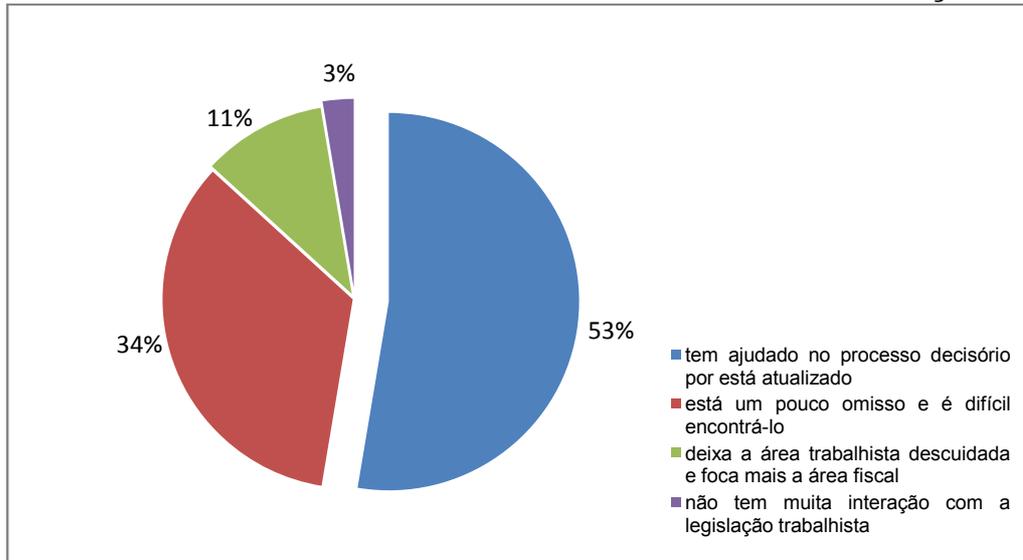


Fonte: Autora, 2011.

A questão levantada no gráfico 17 pretende saber qual a avaliação que o empresário faz do profissional contábil em relação a tomada de decisão quanto a mão-de-obra da sua indústria. Observa-se que 53% dos empresários avaliaram o Contador como um profissional que está sempre atualizado e com isto tem ajudado no processo decisório em relação à mão-de-obra, 34% das empresas alegaram que

o contador está um pouco omissos e que é difícil encontrá-lo para esclarecer dúvidas trabalhistas, 11% afirmam que o contador procura atender às exigências fiscais deixando a área trabalhista um pouco descuidada, e apenas 3% dos empresários disseram que o contador de sua empresa não tem muita interação com a legislação do trabalho.

**Gráfico 17- Contador no auxílio à tomada de decisão em relação a mão-de-obra**



**Fonte:** Autora, 2011.

Ao final do questionário os empresários puderam expressar sua opinião em uma questão aberta sobre como a Contabilidade poderia ajudar as indústrias de confecções de Santa Cruz do Capibaribe no processo decisório de formalização da mão-de-obra. Suas respostas foram relevantes e cabe destacar que as empresas anseiam por palestras nas indústrias, na elaboração de orçamentos para medir o custo da mão-de-obra toda formalizada, orientando a respeito dos riscos de se manter empregados sem registros. Também foi expressa pelos gestores opinião direcionada para as faculdades que dispõem o curso de Ciências Contábeis e para os futuros contadores, falou-se em formar mais profissionais qualificados para que se fixem na cidade de Santa Cruz do Capibaribe aumentando assim o número de escritórios da cidade, pois se acredita que por terem que procurar contabilistas em outras cidades a distância dificulta o processo de formalização da mão-de-obra.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que Santa Cruz do Capibaribe é uma cidade que se destaca por ter uma economia empreendedora e que ao longo de sua evolução ocorreram mudanças que conseguiram dinamizar mais ainda o comércio e a indústria de confecção.

Entretanto, algumas das suas indústrias fazem uso da mão-de-obra informal, o que não é bom para sua população, já que se a contribuição para a Previdência Social deixa de ser efetuada conseqüentemente os empregados informais não recebem salário-família, auxílio-doença quando necessário e outros benefícios e abonos garantidos por este órgão.

Fazer uso do trabalho informal é prejudicial a perpetuação das empresas na atividade de confecções em Santa Cruz, já que elas não estarão cumprindo suas obrigações trabalhistas e ficarão sujeitas a multas e ações, incorrendo em custos que impeçam seu crescimento. A informalidade continua a ser um desafio, pois como foi observado as empresas pesquisadas são pequenas e é importante que a informalidade não acompanhe seu crescimento para que elas possam se manterem no mercado e que sua gestão com pessoal não seja um problema que traga prejuízos.

Os empresários das indústrias de confecções de Santa Cruz do Capibaribe através deste estudo provaram que há uma boa relação com o profissional contábil, porém foi percebido que há uma necessidade de maior participação deste profissional na realização de orçamentos para registro de pessoal. É provável que alguns Contadores de Santa Cruz elaborem este planejamento, mas é necessário que seja focada bastante atenção às dúvidas do empregador quanto ao procedimento do registro de empregados, assim a atividade contábil estará ajudando o cidadão santa-cruzense a exercer seus direitos.

A área trabalhista, apesar de não levar em sua síntese conceitos contábeis, deve ser trabalhada pelo contador de forma minuciosa, porque no momento de realizar algum procedimento com a mão-de-obra o empresário recorrerá ao Contador. Então este profissional tem a obrigação de se manter interado com a legislação trabalhista.

No auxílio à tomada de decisão ficou provada através do gráfico 17 a ajuda do contabilista, isto mostra que os profissionais contábeis que trabalham nesta cidade estão contribuindo no processo gerencial.

A Contabilidade é sem dúvida uma ciência que contribui para a formalização das indústrias do pólo de confecções, já que constatou-se com o gráfico 16 que a maioria das empresas efetuaram registro de empregados por terem sido orientadas pelo Contador. O papel desta ciência em zelar pelo patrimônio das empresas toma maior proporção quando as conduz para um bem-estar da sociedade.

O Contador pode contribuir para a formalização da mão-de-obra das indústrias de confecções estudando as condições das empresas, elaborando planejamentos e mantendo contato direto com os empresários para que estes se certifiquem de que a informalidade é prejudicial aos seus negócios e que sejam efetuados mais admissões. Este profissional também pode usar os meios de comunicação e as associações da cidade para realizar palestras a fim de divulgar para a sociedade santa-cruzense seus direitos e deveres, promovendo a formalização de empresas que ainda trabalham à margem da legalidade e aumentando assim o número de empregos formais do pólo de confecções de Pernambuco.

O estudo teve como limitação a pesquisa ser realizada em apenas 76 indústrias de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, porém fica a sugestão para os próximos estudantes que desejam abordar este tema, a fazer uma pesquisa que compare a participação da contabilidade na formalização da mão-de-obra das três cidades que formam o pólo de confecções de Pernambuco que são Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

## REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Eliane Yachoub. (Org.). **Propriedade imaterial: direitos autorais, propriedade industrial e bens de personalidade**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BONAVITA, José Ricardo. **Marketing para não-marqueteiros: introdução ao marketing em mercados competitivos**. 3.ed.rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed Senac Rio, 2008.

BRASIL. **Caged síntese do comportamento do mercado de trabalho formal Pernambuco- Ano 2010**. Disponível em: <  
[http://www.mte.gov.br/caged\\_mensal/2010\\_12/pe.pdf](http://www.mte.gov.br/caged_mensal/2010_12/pe.pdf)>. Acesso em: 15 de fev. 2011.

BRASIL, Consolidação das Leis do Trabalho. **CLT- LTr**. Armando Casimiro Costa. 37. ed. São Paulo: LTr, 2010.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 133 p.

BRASIL. Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=26](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26)>. Acesso em: 03 de mar. 2011.

BRASIL, **Movimentação Contratual no Mercado de Trabalho Formal e Rotatividade no Brasil**. Disponível em:<  
[http://www.mte.gov.br/institucional/rotatividade\\_mao\\_de\\_obra.pdf](http://www.mte.gov.br/institucional/rotatividade_mao_de_obra.pdf)>. Acesso em: 20 de fev. 2011.

BRASIL, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 DOU de 15.12.2006. **Dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementar/2006/leicp123.htm>>

Acesso em: 12 de fev. 2011.

BRASIL. **Previdência Social- Segurados- Noções básicas**. Disponível em:

<<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/previdenciasocial.htm>>. Acesso em: 13

de mar. 2011.

BRASIL. **Previdência Social-** Boletim Estatístico da Previdência Social. Disponível

em: < [http://www.mps.gov.br/arquivos/office/4\\_110427-165849-913.pdf](http://www.mps.gov.br/arquivos/office/4_110427-165849-913.pdf)>. Acesso

em: 12 de mar. 2011.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 9. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

CHRISTÓVAM, Maria Carmem Tavares. **Desemprego e informalidade**. Disponível

em: <[http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/desemprego-e-](http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/desemprego-e-informalidade/22655/)

[informalidade/22655/](http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/desemprego-e-informalidade/22655/)>. Acesso em: 16 de nov. 2010.

COBRA, Marcos. **Serviços: como construir valor para o cliente**. São Paulo: Marcos

Cobra, 2004.

COSIF PORTAL DE CONTABILIDADE. **A importância da contabilidade**.

Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=consideracoes>>.

Acesso em: 01 de dez. 2010.

CRC PERNAMBUCO. **Registro CRC-PE**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida

por <[julinha.renata@hotmail.com](mailto:julinha.renata@hotmail.com)> em 11 fev. 2011.

DIRCEU, José. Correio do Brasil. **Combate à informalidade no país**. Disponível

em: <<http://http://correiodobrasil.com.br/combate-a-informalidade-no-pais/228970/>>.

Acesso em: 22 de abr. 2011.

FOLHA VITÓRIA. **Micro e pequenas empresas têm 12,5% dos empregados informais**. Disponível em: <

<http://www.folhavoria.com.br/economia/blogs/conteudosebrae/2010/11/04/micro-e->

[pequenas-empresas-tem-125-de-empregados-informais.html](#)>. Acesso em: 16 de fev. 2011.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira- Essencial**. 2.ed. São Paulo: Artmed, 2006.

GONÇALVES, Carlos Icarahy. **Vendendo a amigos: protegendo o futuro do empreendimento**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Os 12 mandamentos da gestão de custos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. **Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micros e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama no agreste pernambucano**. João Pessoa, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis pela UNB, UFPB, UFPE, UFRN).

MACEDO, Neusa dias de. **Iniciação a pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2. ed. revista. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade Gerencial à necessidade das empresas!**, 2. ed. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATOS, Antônio Carlos de. **Indústria de confecção**. Brasília: Sebrae, 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 18 de jan. 2011.

MODA CENTER SANTA CRUZ. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.modacentersantacruz.com.br/index.php?pg=quemsomos&lg=pt>>. Acesso em: 05 de mar. 2011.

MONITOR MERCANTIL DIGITAL. **Em 2010, 46% tinham carteira assinada no país**. Disponível

em: <<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=90450>> Acesso em: 29 de jan. 2011.

MORAES, José Edval. **Sulanca, criação de um povo!**. Santa Cruz do Capibaribe: Milagre da sulanca, 1979. Disponível em: <<http://www.oocities.com/sulanca/sultxt.htm>>. Acesso em: 19 de jan. 2011.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva (coordenador). **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PEREIRA, Bruno Bezerra de Souza. **Caminhos do desenvolvimento: uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe**. São Paulo: EI – Edições Inteligentes, 2004.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. (Org.). **Economia brasileira na encruzilhada**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 20. ed. São Paulo: 1996.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade intermediária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SARAIVA, Renato. **Direito do trabalho para concursos públicos**. 12. ed. São Paulo: MÉTODO, 2010.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Estudo de caracterização econômica do pólo de confecções do agreste pernambucano**. Recife: Sebrae, 2003.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Onde estão as micros e pequenas empresas no Brasil**. São Paulo: Sebrae, 2006.

SILVA, Marcondes Moreno da. **Ypiranga: memórias de uma paixão em azul e branco**. Santa Cruz do Capibaribe, 2004.

STUKART, Herbert Lowe. **Lucro através da administração de material**. São Paulo: Nobel, 2006.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Universidade Estadual da Paraíba



### **Sobre o questionário:**

Pesquisa Acadêmica realizada nas Micro e Pequenas Indústrias de Confeccões de Santa Cruz do Capibaribe que estudará se a contabilidade tem ajudado estas indústrias a gerenciar sua mão-de-obra. Ela irá integrar o Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

O questionário será meramente informativo e o pesquisado terá preservada sua identidade.

Desde já agradeço sua colaboração.

Julia Renata da Silva

### **Questionário:**

#### Qualificação do Empresário Gestor:

1. Qual o seu grau de escolaridade?
  - ( ) Ensino Infantil
  - ( ) Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano)
  - ( ) Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano)
  - ( ) Ensino Médio (2º grau)
  - ( ) Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

2. Qual o tempo em que você atua na Empresa?

menos de 5 (cinco) anos

de 5 (cinco) a 10 (dez) anos

de 10 (dez) a 15 (quinze) anos

de 15 (quinze) a 20 (vinte) anos

acima de 20 (vinte) anos

Dados sobre a Empresa:

3. Há quanto tempo sua empresa está formalizada do mercado de confecções?

menos de 5 (cinco) anos

de 5 (cinco) a 10 (dez) anos

de 10 (dez) a 15 (quinze) anos

de 15 (quinze) a 20 (vinte) anos

acima de 20 (vinte) anos

4. Qual a quantidade de Empregados formalizados?

menos de 5 (cinco) empregados

de 5 (cinco) a 10 (dez) empregados

de 10 (dez) a 15 (quinze) empregados

de 15 (quinze) a 20 (vinte) empregados

acima de 20 (vinte) empregados

Informações sobre Informalidade:

5. A Empresa possui trabalhadores na informalidade? Se a resposta for “sim” você deve responder as questões de número 6, 7 e 8; se for “não” passar para questão de número 9.

sim

não

6. Qual a quantidade de empregados não-formalizados:

menos de 10 (dez) empregados

de 10 (dez) a 15 (quinze) empregados

de 15 (quinze) a 20 (vinte) empregados

de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) empregados

acima de 25 (vinte e cinco) empregados

7. Há um controle de custo da mão-de-obra informal?

sim

não

8. Qual ou quais os motivos para manter a mão-de-obra informal?

a empresa não suporta o custo alto da mão-de-obra formalizada

falta a orientação do contador

o empregado se recusa ao registro

o empregado trabalha durante um curto espaço de tempo

falta planejamento para registrar toda a mão-de-obra

Informações sobre o papel da Contabilidade para a formalização:

9. Você costuma tirar dúvidas a respeito da área trabalhista com o Contador da empresa?

- sim
- não
- poucas vezes

10. Com que frequência ocorre visitas ao Contador?

- até 4 (quatro) visitas
- de 4 (quatro) a 10 (dez) visitas
- de 10 (dez) a 15 (quinze) visitas
- acima de 15 (quinze) visitas

11. A empresa já sofreu alguma ação trabalhista? Se a resposta for “sim” você deve responder a questão seguinte, se a resposta for “não” você deve pular para questão 13.

- sim
- não

12. Durante a ação qual era a situação que o empregado se encontrava?

- trabalhando informalmente
- contratado por prazo indeterminado
- estava registrado em Contrato de Experiência
- havia passado por um processo rescisório
- não fazia mais parte da empresa já a mais de um ano

13. O Contador já elaborou algum orçamento para formalização da mão-de-obra?

- sim
- não

14. O Contador costuma fazer provisões de férias e de 13º salário?

sim

não

15. Nos últimos seis meses ocorreram mais registros de empregados pela empresa? Se a resposta for “sim” você deve responder a questão seguinte, se a resposta for “não” você deve passar para questão 17.

sim

não

16. Qual(is) o(s) motivo(s) que levou(levaram) a empresa a registrar mais empregados?

fiscalização sofrida pelo do Ministério do Trabalho

por orientação do Contador

para evitar multas

para cumprir seu papel social em relação ao empregado

a empresa conseguiu aumentar sua capacidade

aumento na demanda por produtos

17. Os empregados registrados são mais produtivos que os não-registrados? Se na empresa não tiver empregados informais você deve passar para questão seguinte.

sim

não

mantém a mesma produção

18. O Contador costuma realizar palestras e tirar dúvidas trabalhistas dos empregados?

sim, com bastante frequência

poucas vezes

- nunca visitou a fábrica
- não mantém contato com empregados

19. Como você avalia o Contador de sua empresa no auxílio a tomada de decisão?

- está sempre atualizado e tem ajudado no processo decisório quanto à mão-de-obra
- está um pouco omissos e é difícil encontrá-lo para tirar dúvidas trabalhistas
- apenas procura atender às exigências fiscais, deixando a área trabalhista um pouco descuidada.
- dá para notar que não tem muita interação com a legislação trabalhista

20. Em sua opinião como a Contabilidade pode auxiliar a empresa no processo de formalização da mão-de-obra?

---

---